



Índice

- 01** Indígenas da etnia Gavião ocupam a Estrada de Ferro Carajás
- 02** MAB e Governo Federal retomam negociações em Brasília
- 03** Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional
- 04** Presidente da Funai debate PEC 215 com Frente Parlamentar Ambientalista
- 05** Procuradorias suspendem decisão que interferia na delimitação de quilombo na Bahia
- 06** Senado enfrenta desafio de aprovar marco da biodiversidade até início de abril
- 07** Orgânicos garantem renda e qualidade de vida para quilombolas de comunidade em MS
- 08** No dia do aniversário, idoso de 116 anos recebe equipe do Ribeirinho Cidadão em casa
- 09** Vivo é notificada por deixar comunidade sem telefone por três anos
- 10** O Rio de Janeiro continua índio, por José Ribamar Bessa Freire
- 11** Criada a nova Comissão Especial da PEC 215/2000. Próximo passo é designar membros e relator
- 12** Indígenas recebem orientação sobre descarte correto de lixo em Roraima



- 13** [Belo Monte atrasa entrega de energia e pode ter prejuízo milionário](#)
- 14** [Entidades criticam marco da biodiversidade](#)
- 15** [Google Street View da Amazônia disponibiliza imagens de áreas isoladas da floresta](#)
- 16** [Barrados na barragem](#)
- 17** [Oswaldo Sevá, um rio que correu para o infinito](#)
- 18** [Egydio Schwade sobre Relatório da CNV: "Não se deram conta do sofrimento dos indígenas"](#)
- 19** [Candidatos indígenas não chegaram a 1% em 2014, revela TSE](#)
- 20** [Atletas indígenas de todo o mundo juntam-se no Brasil para campeonato mundial](#)
- 21** [Sesai e lideranças indígenas discutem melhorias para o DSEI Porto Velho](#)
- 22** [Logomarca dos Jogos Mundiais Indígenas é apresentada](#)
- 23** [Após indicação de Aguilera salas de aula são construídas na aldeia](#)
- 24** [União é condenada a agilizar reforma da Casa de Saúde do Indígena](#)
- 25** [SEPPIR firma parceria para levar energia elétrica ao território kalunga](#)
- 26** [Na contramão dos direitos indígenas, Cunha recria Comissão Especial da PEC 215](#)
- 27** [Disciplinas de saberes tradicionais são incluídas em ofertas regulares de formação livre](#)
- 28** [Justiça Federal de Santarém determinou que a identidade dos povos Borari e Arapium não existe](#)
- 29** [BA – Cine Kurumin: 12 a 21 de março, na Aldeia Kiriri](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 37/2015

Brasília, 02 de março de 2015.

30 [Dilma esquece que é água e sangue que correm nas hidrelétricas da Amazônia, por](#)

[Leonardo Sakamoto](#)

Indígenas da etnia Gavião ocupam a Estrada de Ferro Carajás

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015



Emily Coelho, Correio do Tocantins

Seis etnias ligadas ao povo indígena Gavião, da Terra Indígena Mãe Maria, localizada a cerca de 40 km de Marabá, município de Bom Jesus do Tocantins, BR- 222, ocuparam na quarta-feira, (25), a EFC (Estrada de Ferro Carajás). Eles reivindicavam renovação do Termo de Compromisso firmado entre Vale e comunidade indígena, bem como amparo às etnias, em troca do direito de uso, por tempo indeterminado, de 412 mil hectares de terras da União adjacentes à mina (Complexo Carajás).

Segundo Kiné Kukukakrykre Parkatejê, uma das lideranças da aldeia, o último Termo de Compromisso venceu em 8 de janeiro. "A Vale está tentando nos empurrar com a barriga, por isso tomamos essa atitude. Todas as seis aldeias decidiram dessa forma. A mineradora disse que só se reúne com todas as etnias juntas, desconsiderando os conflitos internos que existem entre elas", observou ele.

CONT.



O indígena afirma que atualmente com todas as datas sendo adiadas, o clima na aldeia “Mãe Maria” é de aflição e insegurança. Ele destaca que as 86 famílias não estão sendo assistidas de forma digna. “Quando sentimos uma dor de dente, por exemplo, temos de passar primeiro pela perícia da Vale e aguardar alguns dias até receber o tratamento. Não aguentamos mais isso”, expressou Kiné.

A assessoria jurídica da comunidade indígena Parkatejê diz que, a contrapartida que a Vale se comprometeu em executar no tocante a preservação do Meio Ambiente e outros tipos de amparo, vem sendo negligenciadas por meio da não renovação do Termo de Compromisso.

A assessoria jurídica lembra ainda que a EFC que intercepta o território legitimamente indígena foi construída gerando impactos ambientais próprios de empreendimentos lineares, com a fragmentação do território. O jurídico também chama atenção para o fato do licenciamento ambiental da área ainda não ter sido concluído, uma vez que apresentam falhas acerca dos impactos decorrentes da duplicação, sem medições de ruído e interferência no afugentamento de fauna.

Para os advogados que defendem as comunidades indígenas, os impactos ambientais estão sendo suportados pelos índios. “Não havendo sequer monitoramento da fauna atropelada nos trilhos, o que tem contribuído para a escassez da caça.” Ainda nas palavras da assessoria jurídica a postura da Vale é desrespeitosa e intransigente.

Vale

Em nota, a mineradora Vale informou que representantes da empresa estiveram reunidos com os indígenas na terça-feira (24) e ontem (25), como parte das negociações voltadas à renovação do Termo de Compromisso firmado com o Povo Indígena Gavião, que já estão em curso desde novembro.

O referido termo prevê o apoio da Vale às ações relacionadas à atenção à saúde, educação, cultura, proteção do território, atividades produtivas e administração. Segundo a nota, desde 1982, a Vale mantém diálogo permanente com o povo Gavião, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e que, desde então, mantém apoio financeiro à comunidade indígena no que diz respeito à execução dessas atividades.

“A empresa reitera sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com o Povo Gavião para continuidade do bom relacionamento, com base no respeito às suas características próprias e a legislação vigente. Contudo, a Vale repudia qualquer manifestação violenta que coloque em risco seus empregados e suas operações e que firam o Estado Democrático de Direito e ratifica que obstruir ferrovia é crime”, explica um trecho da nota.

A mineradora ressaltou ainda que o bloqueio ocasionou a paralisação da operação da ferrovia. Portanto, o trem de passageiros que partiria hoje (26) com destino a São Luís não circulará, sendo as remarcações de passagens feitas nas estações a partir de sexta-feira (27).

CONT.



Desocupação da ferrovia

A Estrada de Ferro Carajás (EFC), especificamente, no trecho que corta a Aldeia “Mãe Maria”, a 40 km de Marabá, município de Bom Jesus do Tocantins foi liberada no início da tarde de quinta-feira (26), pelos indígenas, segundo nota oficial da empresa Vale. Eles iniciaram o bloqueio da linha de ferro na noite de quarta-feira (25), reivindicando a renovação do Termo de Compromisso entre Vale e comunidade indígena.

A desocupação aconteceu de acordo com o cumprimento do mandado judicial. Agora, a operação da ferroviária está normalizada. O Trem de Passageiros volta a circular neste sábado, dia 28.



MAB e Governo Federal retomam negociações em Brasília

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015

O ministro Miguel Rossetto (Secretaria-Geral) recebeu, nesta quinta-feira (26/2), em Brasília, representantes da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Na ocasião, foi entregue ao ministro a pauta nacional do movimento.



Secretaria Geral, no MAB

Durante o encontro, Rossetto garantiu que o debate em torno das reivindicações vai prosseguir e avançar. "É preciso discutir ideias, principalmente como o governo federal entra no território das grandes obras", afirmou o ministro, lembrando que as obras – como usinas hidrelétricas – são fundamentais para assegurar o crescimento do país. "É preciso também garantir o direito das populações atingidas pelas obras", concluiu Rossetto.

No encontro, foi definido que a partir do mês de março serão realizadas reuniões de trabalho entre a Secretaria-Geral e o MAB para acertar cronograma e atividades que darão continuidade às duas mesas de diálogo instaladas. Joceli Andreolli, da coordenação nacional do MAB, afirmou que esta é a principal reivindicação do movimento: debater propostas e retomar as instâncias formais de diálogo com o governo federal.

A primeira instância formal é a Mesa de Diálogo da Plataforma Operária e Camponesa de Energia, criada pela presidenta Dilma Rousseff em 2011, composta por governo federal e movimentos sociais e voltada ao debate sobre o modelo energético do país. A segunda é a Mesa de Diálogo do MAB, dirigida à negociação da pauta do movimento, que incluiu temas como a criação de uma política de atingidos por barragens.

Foto: Liz Pires/SG.



Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional
SÍTIO CIMI, 27.02.2015

Carta Circular Aberta

Brasília, 27 de fevereiro de 2015.

Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional

Os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil, representados por suas entidades e organizações parceiras abaixo assinadas, vêm expor o seu posicionamento sobre o Projeto de Lei n.º 7.735/2014 (atual PLC n.º 02/2015), que pretende regulamentar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados.

De início, registramos que os Povos e Comunidades acima mencionados estão plenamente cientes da atual ofensiva verificada no Brasil contra seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária e por Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, contexto no qual se insere o PL n.º 7.735/2014, apresentado ao Congresso Nacional pelo governo federal em regime de urgência. Em razão desse cenário, que ameaça a própria existência dos Povos e Comunidades Tradicionais, informamos que as entidades representativas encontram-se unidas e mobilizadas com a determinação de lutar conjuntamente na defesa de seus direitos historicamente conquistados, os quais constituem a base da soberania e democracia constitucional do País.

Especificamente em relação ao PL n.º 7.735/2014, que pretende anular e restringir nossos direitos, repudiamos a decisão deliberada do Poder Executivo de nos excluir do processo de sua elaboração, sem qualquer debate ou consulta, em violação à Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), ao Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO (TIRFAA) e à Constituição Federal. Em contraste a isso, denunciemos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria.

Tal cenário, reconhecido pelo próprio Governo, resultou em grave desequilíbrio no conteúdo do Projeto de Lei em questão. Além de anistiar as irregularidades e violações históricas e excluir

CONT.



qualquer fiscalização do Poder Público sobre as atividades de acesso e exploração econômica, o PL n.º 7.735/2014 viola direitos já consagrados na legislação brasileira, o que pode ser claramente verificado nos seguintes pontos principais:

- 1) Em relação ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais:
 - a) Deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais;
 - b) Flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos;
 - c) Dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e
 - d) Permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes.
- 2) No que tange à repartição de benefícios:
 - a) Prevê que apenas produtos acabados serão objeto de repartição de benefícios, excluindo os produtos intermediários;
 - b) Restringe a repartição de benefícios aos casos em que o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for qualificado como elemento principal de agregação de valor ao produto;
 - c) Isenta de repartição de benefícios todos os inúmeros casos de acessos realizados anteriormente ao ano de 2000, e mantém explorações econômicas até hoje;
 - d) Condiciona a repartição de benefícios apenas aos produtos previstos em Lista de Classificação a ser elaborada em ato conjunto por seis Ministérios;
 - e) Estabelece teto, ao invés de base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios;
 - f) Deixa a critério exclusivo das empresas nacionais e internacionais a escolha da modalidade de repartição de benefícios nos casos de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional de origem não identificável;
 - g) Isenta microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais de repartir benefícios; e

CONT.



h) Exclui de repartição de benefícios a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura.

3) No que se refere às definições:

a) Substitui o termo "povos" por "população" ao tratar de povos indígenas;

b) Substitui o termo "agricultor familiar" por "agricultor tradicional", em afronta à Lei 11.326/2006;

c) Descaracteriza a definição de "sementes crioulas" contida na Lei n.º 10.711/2003;

d) Deixa de prever que o atestado de regularidade de acesso seja prévio e com debates participativos sobre seus termos ao início das atividades; e

e) Enfim, adotou conceitos à revelia dos detentores dos conhecimentos tradicionais.

Diante do exposto, os Povos Indígenas, os Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil exigem o comprometimento do Governo Federal com a reversão do cenário acima denunciado, mediante a correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei n.º 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos.

Declaramos que não mais admitiremos a postura antidemocrática e o engajamento político do Governo Federal, associado aos interesses empresariais e outros, em direção à expropriação da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras e dos conhecimentos tradicionais associados.

Reafirmamos, por fim, a nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Assinam a presente carta:

1. Amigos da Terra Brasil
2. Articulação do Semiárido – ASA Brasil
3. Articulação do Seminário – ASA Paraíba
4. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME
5. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
6. Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE
7. Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL
8. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA
9. Articulação Pacari
10. Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

CONT.



11. Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas
12. AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
13. Associação Agroecológica TIJUPÁ
14. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
15. Associação Brasileira de Agroecologia
16. Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal - ABEEF
17. Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO
18. Associação Cedro - Centro de Estudos e Discussões Romani
19. Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitinhonha
20. Associação das Panhadoras de Flores
21. Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul
22. Associação de Comunidades da Diáspora Africana por Direito à Alimentação - Rede Kodya
23. Associação de Mulheres Catadoras de Mangabas
24. Associação dos Agricultores Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela - AGABIO
25. Associação dos Retireiros do Araguaia - ARA
26. Associação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Minas Gerais – ADERE/MG
27. Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN
28. Associação Nacional Ciganas Calins
29. Associação Nacional da Agricultura Camponesa
30. Associação Nacional da Cultura Bantu – ACBANTU
31. Associação para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO
32. Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA;
33. Bionatur
34. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida
35. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM
36. Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)
37. Centro Ecológico
38. Comissão Guarany Ivyrupa
39. Comitê Chico Mendes (CCN)
40. Conselho do Povo Terena
41. Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
42. Conselho Indigenista Missionário - CIMI
43. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
44. Cooperativa Coppabacs – AL
45. Cooperativa Grande Sertão
46. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
47. Coordenação Nacional Quilombola – CONAQ
48. Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia
49. FASE – Solidariedade e Educação
50. Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
51. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
52. Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos
53. Grande Assembleia do Povo Guarani – Aty Guasu
54. Grupo Carta de Belém

CONT.



55. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
56. Grupo de Trabalho Biodiversidade / ANA
57. Ingá/RS
58. Instituto Socioambiental – ISA
59. Levante Popular da Juventude
60. Memorial Chico Mendes
61. Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (Benzedores e Benzedeadas, Parteiras, e Costureiras de Renditura)
62. Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
63. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP
64. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
65. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná - MOPEAR
66. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
67. Movimento Geraizero
68. Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA
69. Núcleo Amigos da Terra Brasil
70. Núcleo de Cultura e Extensão – PTECA/ESALQ-USP
71. Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro
72. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
73. Rede Eco Vida de Agroecologia
74. Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais
75. Sociedade Civil da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT
76. Terra de Direitos
77. Via Campesina
78. Via Campesina Sudamerica



Presidente da Funai debate PEC 215 com Frente Parlamentar Ambientalista SÍTIO FUNAI, 02.03.2015

Colaboração: Gustavo Cruz

O Café da Manhã da Frente Parlamentar Ambientalista já é um espaço tradicional de debate entre Parlamentares e organizações da sociedade civil nas manhãs de quarta-feira no Congresso Nacional.

Esta semana o evento acolheu a temática indígena com a presença do Presidente da Funai Flávio Chiarelli, representantes indígenas de mais de 30 etnias e dezenas de parlamentares contrários à PEC 215. A proposta retira a exclusividade da demarcação de Terras Indígenas do poder Executivo e transfere para o Legislativo, o que já foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em recente manifestação do Ministro Barroso.



Foto: Mário Vilela/Funai

A presença massiva de indígenas e parlamentares aliados aos seus direitos mostra o fortalecimento das articulações contrárias à PEC que também pôde ser percebida na firmeza dos discursos de Deputados e Senadores. A proposta foi combatida por uma grande coalização de entidades da sociedade civil, parlamentares e lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil nos últimos 3 anos quando ela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Ao final da 54ª Legislatura os indígenas conquistaram uma vitória temporária com a não aprovação do Relatório do Deputado Osmar Serraglio e o consequente arquivamento da PEC 215. Neste novo ano a proposta foi reapresentada e ontem (26/02) o Presidente da Câmara Eduardo Cunha publicou o ato de recriação da Nova Comissão Especial que aguarda as indicações dos Deputados participantes por suas lideranças partidárias para reiniciar os trabalhos.

A Funai já se manifestou oficialmente contra a proposta e em sua fala o Presidente interino Flávio Chiarelli, explicou o equívoco jurídico que representa a mudança. "Como um direito originário, anterior a todas as leis, não cabe ao estado definir, sob o aspecto político, como é a natureza das terras Legítimas, o direito dos indígenas sobre as suas terras. Este é um papel meramente administrativo do Poder Executivo em reconhecer este direito com estudos técnicos como afirma o Decreto 1775, cumprido à risca pela Funai."

CONT.



As sinergias entre os direitos indígenas e ambientais das gerações futuras também foi abordado. "Os indígenas prestam um serviço para todas as pessoas da sociedade brasileira que é manter a preservação ambiental para as gerações futuras de forma mais eficaz até do que as Unidades de Conservação. Este é o motivo pelo qual toda a sociedade brasileira precisa estar unida contra esta proposta absurda."

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) pediu desculpas pelos ataques da segurança da Câmara contra os indígenas no ano passado que gerou prisões arbitrárias de lideranças e disse que esta forma de preconceito institucional é inaceitável e não poderá acontecer neste ano novamente. "Teremos momentos muito difíceis este ano pois a eleição da Presidência da Câmara contou com o voto destes apoiadores da PEC para ganhar a disputa mas a presença massiva de deputados aliados dos indígenas mostra que estamos mais organizados hoje aqui na frente ambientalista. O Ministro Barros do Supremo Tribunal Federal já deixou claro que a Constituição Federal proíbe de ser objeto de proposta legislativa qualquer proposta que afronte tanto a divisão de poderes como a retirada de direitos e garantias fundamentais em sua análise sobre a PEC 215."

Flávio Chiarelli ainda deixou claro que um dos princípios mais relevantes da Constituição é a convivência harmônica entre as diferentes forças sociais que compõe o Estado Brasileiro. "Não nos cabe opinar sobre o modelo de exploração das terras no Brasil, mas a convivência entre os direitos deve ser respeitada por todos. Se quiserem plantar soja e outras monoculturas que plantem nas áreas próprias para estas atividades, mas que se respeitem as Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombos pois o principal elemento da Constituição de 1988 é a convivência pacífica entre estes direitos, este é o mais relevante preceito constitucional que temos que reconhecer e promover enquanto representantes do Estado".



Procuradorias suspendem decisão que interferia na delimitação de quilombo na Bahia

SÍTIO ISA, 27.02.2015

Autor: Rebeca Ligabue/Leane Ribeiro

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu derrubar decisão liminar que determinava ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a publicação de um novo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, na Bahia, no prazo de 30 dias.

O Incra já havia publicado o relatório, acatando liminar obtida pela Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) para que o processo administrativo de demarcação da comunidade quilombola fosse concluído logo. Mas a DPU e o MPF alegaram em nova ação que a autarquia não cumpriu a liminar porque demarcou uma área de apenas 104,0806 hectares, inferior à determinada no memorial descritivo, que era de 301,3695 hectares.

Decisão de 1º grau concedeu nova decisão liminar determinando ao Incra a regular publicação do edital "nos exatos termos do Memorial Descritivo". Mas a Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1), a Procuradoria Federal no Estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto (PFE/Incra) recorreram da liminar, esclarecendo que não houve qualquer violação à ordem judicial anterior.

Segundo os procuradores, a decisão administrativa de demarcar uma área inferior à delimitada no Memorial Descritivo decorreu da necessidade de conciliar interesses de Estado conflitantes na área, entre a Marinha do Brasil e os membros da comunidade quilombola. No local, foram movidas ações reivindicatórias com o objetivo de desocupação de área militar para ampliação das instalações da Vila da Base Naval de Aratu.

A AGU ainda argumentou que, sem as negociações, a comunidade quilombola já teria sido alvo de medida de reintegração de posse da área. "O direito de participação da comunidade não lhe confere o direito de determinar a área final que será objeto de regularização, pois não é dela a decisão acerca da área que será titulada em seu favor", defenderam os procuradores.

A Quinta Turma do TRF1 acolheu integralmente os argumentos da AGU e suspendeu a decisão, destacando que "não se pode, num juízo provisório, de forma definitiva, desconsiderar os motivos elencados pela Administração para justificar o conteúdo do RTID publicado".

A PRF 1ª Região, a PF/BA e a PFE/INCRA são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Processo no 5441-69.2015.4.01.0000 - TRF1.

http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/317585



Senado enfrenta desafio de aprovar marco da biodiversidade até início de abril
SÍTIO ISA, 27.02.2015

Autor: Iara Guimarães Altafin

Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.gov.br/>

Facilitar a pesquisa com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais. Esse é o objetivo do projeto que institui o marco legal da biodiversidade, que tramita no Senado em regime de urgência e precisa ser votado até dez de abril, ou passará a trancar a pauta do Plenário.

O texto em exame (PLC 2/2015) é um substitutivo da Câmara ao projeto enviado pelo Executivo. Seu propósito é substituir a MP 2.186-2001, que hoje rege a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira e é considerada excessivamente exigente por alguns setores da economia.

O consultor do Senado Habib Faxe Neto explica que a MP foi editada para combater a biopirataria e por isso prevê diversos mecanismos de controle, o que resultou em desestímulo à pesquisa científica e tecnológica no país.

- E não estamos falando de [dificuldades de] empresa estrangeira, mas também de pesquisadores de Embrapa, que têm uma dificuldade enorme para desenvolver produtos de biotecnologia que necessitem acesso ao patrimônio genético nacional. Por outro lado, tem sido uma norma importante por regular dispositivos da convenção sobre diversidade biológica - frisou.

Hoje, para pedir ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) autorização para iniciar a prospecção de uma espécie nativa da fauna ou da flora, o pesquisador deve apresentar um contrato de repartição de benefícios que poderão ser gerados pela futura exploração econômica do recurso. Isso antes mesmo de se conhecer o potencial de utilização comercial do mesmo.

Pela nova lei, a exigência passará a ser apenas de preenchimento de cadastro eletrônico a ser disponibilizado pelo conselho. Quando se tratar de pedido de investigação sobre uma prática de uma comunidade indígena ou tradicional, será exigido o consentimento prévio dos detentores do conhecimento.

O substitutivo também acaba com a necessidade de autorização para remessa de material genético entre instituições dentro do país, mantendo a exigência de cadastro para remessas ao exterior. E empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais poderão solicitar autorização para acesso ao patrimônio genético brasileiro.

CONT.



O novo marco legal é visto pela indústria química e de cosméticos como fundamental para o avanço da pesquisa genética e desenvolvimento de novos produtos.

Repartição de benefícios

O novo marco legal também trata da repartição dos benefícios gerados pela venda de produto oriundo de pesquisa envolvendo conhecimento tradicional sobre um patrimônio genético. Como explica Luciano Póvoa, consultor do Senado, trata-se de uma compensação pelo serviço prestado à ciência por esse saber local.

- O conhecimento de uma comunidade indígena sobre uma planta, uma raiz, usada como medicamento ou alimento, demoraria muito tempo para ser obtido sem a experiência daquela população e o acesso dos pesquisadores a ela - explica ele.

Para essa situação, o projeto determina que o fabricante do produto final oriundo do conhecimento tradicional assegure uma compensação que pode ser monetária, a título de royalties, ou não monetária, na forma de transferência de tecnologia, quebra de patentes ou distribuição de produtos.

No caso de compensação financeira à comunidade tradicional, o texto estabelece o pagamento equivalente a 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado. Esse percentual poderá ser reduzido a até 0,1%, por acordos setoriais com o governo. O pagamento é obrigação do fabricante do produto final e não precisa ser pago nas etapas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Quando se tratar de pesquisa que não envolve conhecimento tradicional, uma investigação sobre componentes de uma planta nativa, por exemplo, há a necessidade de se determinar o destinatário da compensação. Habib Fraxe explica que uma floresta que está dentro de uma propriedade privada não pertence ao dono desse imóvel rural.

- As florestas são bens de uso comum do povo, tanto que para desmatar uma floresta é preciso autorização do poder público para isso - informa.

Nesse caso, a repartição de benefícios pode envolver a União ou o estado e os recursos serão destinados ao Fundo Nacional para Repartição de Benefícios, criado pelo novo marco legal para a proteção do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

Agricultura

O texto original excluía da nova lei pesquisas relacionadas à agricultura, que continuariam regidas pela Medida Provisória 2.186/01, mas isso foi modificado no substitutivo aprovado na Câmara. O texto agora estende a simplificação de regras para a investigação genética de espécies nativas em aspectos que possam ser transferidos para culturas e criações.

CONT.



É o caso de investigações de genes que, por exemplo, fazem uma planta nativa mais resistente à seca e a transferência dessa característica a culturas comerciais como soja ou café. Nesse caso, o projeto determina que não haverá repartição de benefícios, pois o produto final (o grão produzido) é fruto de pesquisa com espécie exótica.

O substitutivo da Câmara determina que será o Ministério da Agricultura, e não o Ministério do Meio Ambiente, como previa o texto original, o responsável pela fiscalização das pesquisas com interface com atividades agropecuárias.

Multas

O projeto prevê mecanismo para sanar irregularidades ocorridas até a publicação da nova lei, como exploração econômica não autorizada de patrimônio genético ou remessa irregular de material genético ao exterior. A regularização se dará por meio da assinatura de um termo de compromisso.

Feito isso, estarão suspensas sanções administrativas e reduzidas em 90% as multas aplicadas ao infrator, que terá a possibilidade de converter os demais 10% das multas em modalidade de repartição de benefícios não monetária.

Caso o acesso irregular ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional tenha sido unicamente para fins de pesquisa científica, o usuário estará dispensado do termo de compromisso e poderá se regularizar por meio de cadastro ou autorização da atividade.

A pessoa física que descumprir o novo marco legal estará sujeita a multas que variam de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil e a pessoa jurídica, a multas entre R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões, além de apreensão de amostras e interdição do estabelecimento ou atividade.

Tramitação

Antes de ser votado em Plenário, o PLC 2/2015 tramitará simultaneamente em quatro comissões do Senado: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/27/senado-enfrenta-desafio-de-aprovar-marco-da-biodiversidade-ate-inicio-de-abril>

Orgânicos garantem renda e qualidade de vida para quilombolas de comunidade em MS

SÍTIO CASSILÂNDIA JORNAL, 27.02.2015

A Associação Negra Rural Quilombola Chácara Buriti, em Campo Grande (MS), fundada em 2006, integra 40 famílias de descendentes de escravos que trabalham com o cultivo de hortaliças orgânicas. Formada por aproximadamente 70% de jovens, a associação produz cerca de 430 cestos de alimentos diariamente. A produção garante renda e qualidade de vida aos associados que comercializam os itens, principalmente, por meio de programas de compras públicas do Governo Federal.



Foto: Paulo Henrique Carvalho/ MDA

A comunidade, que teve início na década de 1930, ocupa 60 hectares. Em parte da área, os quilombolas produzem alface, salsa, cebolinha, coentro e berinjela, sem o uso de aditivos químicos, segundo afirma o coordenador da Associação, Antônio Borges dos Santos.

A escolha pela produção orgânica, segundo Borges, foi feita para preservar a saúde de quem produz e daqueles que consomem os produtos. "Foi o maior acerto trabalhar com produção orgânica", destaca ao assegurar que tudo que é cultivado na comunidade é aproveitado, seja para consumo próprio ou para venda.

Os produtos da comunidade são comercializados em feiras e mercados da região e para os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae) do Governo Federal. "A venda das hortaliças para esses programas teve grande impacto na comunidade. A partir desse acesso, começamos a nos desenvolver", avalia.

Outro conquista dos agricultores da comunidade, segundo ele, foi a aquisição do Selo Brasil Quilombola, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). "Fomos uma das primeiras comunidades a receber o selo. Isso nos trouxe muito reconhecimento no município e no estado."

A oportunidade de melhorar a qualidade de vida e ter garantia de renda foram grandes estímulos para os jovens que vivem ali. "Cada um tem um horário de trabalho e muitos já conseguiram comprar um carrinho. Eles viram que poderiam ter o próprio negócio dentro da comunidade e que isso era mais rentável", conta Antônio Borges. Ele acrescenta que o objetivo agora é ampliar o território, mas que as conquistas adquiridas até hoje são satisfatórias. "Hoje eu posso dizer que temos uma comunidade feliz, totalmente diferente."

Fonte: Portal/MDA.



No dia do aniversário, idoso de 116 anos recebe equipe do Ribeirinho Cidadão em casa

SÍTIO CENÁRIO MT, 28.02.2015

No dia em que comemorava 116 anos, o índio Domingos Manoel de Amorim recebeu a equipe médica que integra o Projeto Ribeirinho Cidadão em casa. Morador da Comunidade Pirigara, pertencente a Barão de Melgaço, o idoso sofreu uma queda há cerca de quatro meses, não consegue mais andar e sente muitas dores.

De acordo com Domingos, que é extremamente lúcido, segundo informou o médico voluntário Antônio Alves Bessa Neto, ele chegou a ser levado a Cuiabá, no entanto, não recebeu o tratamento adequado. "Me internaram apenas um dia e não me deram sequer uma pastilha de remédio, fiquei só deitado na cama, comendo e fui liberado".



Bessa receitou medicamentos e vitaminas ao idoso e ressaltou a particularidade do caso. "Esse é um caso totalmente atípico. Com 116 anos, ele está extremamente lúcido, orientado e animado, o mais comum é encontrar pessoas com idade muito avançada, deprimidas. Além disso, ele está muito bem para a idade, é saudável, o único problema foi a queda em que, possivelmente, fraturou a bacia. Nessa idade não é possível operar".

Domingos, que pertence a etnia Guarani-Kaiowá, nasceu na região, teve 13 filhos, está com 70 netos e garante que o "mato" é muito melhor para viver do que a cidade. O segredo para a longevidade, conforme ele, são os chás naturais e a paz. "Deus quer que eu dure", finalizou. O enfermeiro do projeto Erik Sandro Rosa Arinos e a Assistente Social, Marqueli Souza Carvalho, também acompanharam a visita.

O Ribeirinho

Com duração de 15 dias, divididos em duas etapas, fluvial e terrestre, o Projeto Ribeirinho Cidadão, cujo intuito é levar assistência jurídica e social integral e gratuita à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé, conta com a presença de mais de 70 profissionais das mais diversas áreas. Lançada no último dia 19 em Barão de Melgaço, a primeira etapa será encerrada no próximo sábado (28), em Poconé. Até o momento foram atendidas 26 comunidades.



Vivo é notificada por deixar comunidade sem telefone por três anos

SÍTIO CENÁRIO MT, 28.02.2015

A empresa de telefonia Vivo foi notificada pela defensora pública Corina Pissato para restabelecer o sinal da única torre de celular e orelhão existentes na comunidade de Pirigara, em Barão de Melgaço. Os ribeirinhos que residem na região estão há mais de três anos sem comunicação.

A prefeitura foi procurada diversas vezes, segundo Clélia Catarina Dias de Campos, representante da comunidade. "Deu um raio, queimou todos os aparelhos e nós ficamos incomunicáveis. Antes, quando não tínhamos sinal no celular, tínhamos o orelhão".

Ainda segundo Clélia, a falta de comunicação põe em risco a vida dos ribeirinhos. "Desde que ficamos sem sinal ocorreram vários acidentes de barco e temos que levar as vítimas até Porto Cercado, que fica a cerca de sete horas daqui. Antes, ligávamos para Poconé e um avião vinha nos socorrer". A torre e o orelhão estão localizados na antiga fazenda Tita Apoitia.

O Rio de Janeiro continua índio, por José Ribamar Bessa Freire

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.02.2015



Em Taqui Pra Ti

Francês: Mamópe setã? (Onde é que você mora?)

Índio Tupinambá do Rio: Kariók-pe. (Em Carioca)

(Do "Colóquio" de Jean de Léry – 1558)

O Rio de Janeiro continua sendo, 450 anos depois, índio, mas nenhum guarani foi convidado para sua festa de aniversário. Neste domingo, 1º de março, nenhum índio soprará a velinha do tradicional bolo de quase meio quilômetro que a Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca fez para festejar os 450 anos da cidade, como parte da programação que prevê, ao longo do ano, a realização de 600 atividades: conferências, seminários, projeções, exposições, missa, performances, teatro, orquestras, bandas, salva de tiros, regata... Os índios, porém, estão ausentes de quase todas.

Mas os índios estão presentes na história carioca, a passada e a atual. Os primeiros

CONT.



povoadores que viviam aqui há pelo menos 8 mil anos, “eram indivíduos de forte complexão, baixos, com o rosto estreito, nariz afilado e com pronunciadas arcadas sobre os olhos”, escreve o arqueólogo Ondemar Dias. Algumas evidências mostram que, por volta de 3.000 a.C., houve uma “explosão de vida” no litoral, quando os pescadores começam a usar redes e armadilhas de pegar peixes na baía de Guanabara e surgem os primeiros agricultores, segundo Alfredo Mendonça, arqueólogo amazonense que estudou o Rio.

No séc. XVI, quando os europeus desembarcam, encontram o entorno da baía de Guanabara habitado por milhares de índios Tupinambá, Temiminó e Tupinikin. Todos eles desenvolviam práticas sociais trabalhando, narrando, rezando, cantando, sonhando, sofrendo, reclamando, brigando, rindo e se divertindo em línguas da família tupi-guarani. Com essas línguas, classificaram o mundo. Nomearam rios, lagos, montanhas, pedras, árvores, plantas, flores, aves, peixes, insetos, mamíferos e outros animais.

Viviam em centenas de tabas, 36 das quais foram mapeadas na Ilha do Governador pelo frade André Thevet, que veio na frota de Villegagnon. Outras 32 aldeias foram listadas pelo calvinista francês, Jean de Léry, em 1558. Os portugueses acrescentaram mais povoações. A mais importante é a aldeia Kariók situada no sopé do morro da Glória, na foz do rio Carioca, que tinha uma segunda foz, mais caudalosa, na praia do Flamengo. Cada aldeia tinha população que variava entre 500 a 3.000 índios, todos dizimados pelo sistema colonial, responsável por uma catástrofe demográfica.

Tem índio no Rio

Os territórios indígenas foram invadidos, suas aldeias destruídas, suas terras ocupadas, loteadas e distribuídas. O recôncavo foi todo retalhado. Com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, sesmarias foram concedidas para constituir o patrimônio da cidade, incluindo a baía de Guanabara e adjacências. Para fora do núcleo urbano, estendia-se zona agrícola e pastoril, com lavouras, engenhos e campos de pastagem.

No Rio, no período colonial, os índios trabalharam compulsoriamente na abertura de picadas e clareiras, na derrubada de árvores e seu transporte, remando canoas, na construção de feitorias, engenhos e fortalezas, em olarias, na agricultura, na fabricação de farinha, na caça e pesca. E até meados do séc.XIX, 15 aldeias da Província abasteciam ainda a cidade com índios que prestavam serviços domésticos, faziam biscates ou eram recrutados para as obras públicas, o Arsenal da Marinha e a pesca da baleia.

Esses “índios urbanos”, quase sempre sem domicílio certo, formavam uma “tribo” desfigurada que vagava pelas tabernas da Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a Polícia. A própria Câmara Municipal do Rio requisitava das prisões os índios para as obras públicas, como foi o caso da reforma do Passeio Público, em 1831, toda feita com trabalho indígena.

CONT.



Vários estrangeiros que visitaram a cidade no séc. XIX deixaram relatos, além de rica documentação iconográfica como as de Debret (1768-1848) e Rugendas (1802-1858). Índias lavadeiras, à beira do rio, no Catete, onde lavavam roupa, foram documentadas por Debret que escreveu: "Seus filhos tornam-se, com 12 ou 14 anos, excelentes criados". Retrata índios de diferentes etnias alojados na ilha das Cobras, num barracão da Marinha.

No séc. XX, os índios continuam a transitar pela capital da República, para onde migravam por diversos motivos. O Rio sempre foi e nunca deixou de ser índio. Hoje, o estado do Rio abriga apenas 1.9% do total da população indígena do Brasil, parte dela vivendo na capital. Os dois últimos censos do IBGE indicam que em 2000 moravam dispersos pelos bairros da periferia da cidade cerca de 15.622 índios, que diminuiu em 2010 para 6.764, mas que cresce se incluirmos os 11.961 índios que moram na Região Metropolitana.

A carioquice

O Rio continua índio no seu patrimônio cultural material e imaterial, que modelou a identidade carioca, ainda que muitos ignorem tais influências e outros a rejeitem mesmo sem conhecê-las. O Rio é índio em seu patrimônio linguístico, no jeito de falar e de ser. Não é possível sequer se identificar e indicar o endereço sem pagar tributo simbólico às línguas indígenas. Carioca é nome do rio sagrado dos Tupinambá que significa "morada (oca) do acari", um peixe que cava buracos na lama e ali mora. Da mesma origem são nomes de bairros e acidentes geográficos.

O sotaque carioca está presente na busca de uma linguagem musical brasileira realizada, entre outros, pelo carioca de Laranjeiras Heitor Villa-Lobos, que exalta "Tupã, deus do Brasil" no Canto do Pajé e canta saudoso: "Anhangá me fez sonhar com a terra que perdi". Está também no maestro Carlos Gomes, paulista que viveu no Rio e usou em sua ópera O Guarani instrumentos indígenas como maracás, inúbias, borés e flautas. O Rio continua índio no carnaval, no candomblé e na literatura.

Os autos teatrais de Anchieta, o poema Caramuru (1781) de Santa Rita Durão, a obra épica A Confederação dos Tamoios (1856), de Gonçalves de Magalhães, mostram que a presença do índio na literatura marcou a formação da identidade nacional, o que foi referendado por Gonçalves Dias e José de Alencar que viveram na capital. Os índios foram imaginados como modelo de brasilidade e, num certo sentido, de carioquice, com os Tamoio ou Tupinambá sendo cantados em prosa e verso.

A carioquice do Rio está impregnada por contribuição dos índios à identidade local num processo histórico violento, em que conhecimentos subterrâneos foram repassados oralmente de uma geração a outra no campo da medicina, da farmacologia, da culinária, da biologia, da agronomia, da religião, das festas, dos rituais. Os saberes indígenas acabaram legando alternativas de sobrevivência nos trópicos, transmitindo-nos inventos adaptativos que desenvolveram em milhares de anos, concretizados nos métodos de plantar, caçar, pescar e preparar alimentos.

CONT.

O Rio continua índio no patrimônio arqueológico da cidade, parcialmente destruído pela especulação imobiliária, cujos sítios oferecem pistas sobre sua ocupação. Museus e arquivos são também territórios indígenas, pois guardam marcas indeléveis da presença deles. Esse patrimônio documental permite identificar a contribuição indígena na configuração da paisagem da cidade, cujos parques e jardins contaram com o trabalho dos índios, assim como a construção de edifícios, fortalezas e monumentos.



Os Arcos da Lapa

No patrimônio de pedra e cal, entre outros, encontramos os Arcos da Lapa, construído com o sangue e o suor dos índios, conforme carta do sec. XVII escrita por André Soares, responsável pela construção do Aqueduto que trouxe água do rio Carioca para a cidade, “a qual obra se não pode fazer sem assistência dos Índios, que são os trabalhadores que naquellas partes costumão trabalhar”. O autor menciona índios nas obras do Senado da Câmara e nos engenhos de particulares. A informação é confirmada pelo jesuíta Plácido Nunes (1683-1755), em carta dirigida ao Vice-Rei do Brasil:

“Em nossos tempos todas as Fortalezas, que se acham no Rio de Janeiro foram feitas pelos Índios (...) Estes mesmos abriram o Caminho Grande, que vai do Rio de Janeiro para Minas até o Rio Paraibuna. Estes os que conduziram todos os materiais e instrumentos para a Casa de Fundição (...). Estes, finalmente os que trabalharam o Aqueduto pelo qual se pôs a Água da Carioca na Cidade do Rio de Janeiro”.

CONT.



Confirmando que o Rio de Janeiro continua índio, na resistência e nas alianças, a cidade foi palco de manifestações, em junho de 2013, de indígenas da denominada Aldeia Maracanã, aliados a não-indígenas, que cobraram a preservação do antigo prédio do Museu do Índio condenado à destruição. Diante do clamor público, o então governador Sérgio Cabral, retrocedeu e anunciou a restauração do imóvel situado ao lado do Estádio do Maracanã para sediar um Centro de Referência das Culturas Indígenas (CRCI).

Depois de discutir com 41 líderes indígenas de todo o país, o governo definiu por decreto os objetivos do CRCI, que se compromete a “promover, preservar e difundir a história, os valores, os conhecimentos e todos os aspectos culturais dos indígenas brasileiros, com foco especial nos grupos que vivem ou viveram nas diversas regiões do estado do Rio de Janeiro”.

Não é preciso aniquilar o passado para entrar na modernidade, o povo carioca tem muitas razões para se identificar com a diversidade das culturas que aqui floresceram. O Rio continua índio. Resistindo. Sempre. O Rio de Janeiro, fevereiro e março.

P.S. 1 – Como parte das comemorações, a Secretaria Municipal de Educação do Rio publica “Uma História Concisa da Cidade do Rio de Janeiro: Rio 450 anos”, organizado pelo historiador Ilmar Rohloff de Mattos, com 20 artigos, um deles sobre os índios do Rio de Janeiro escrito por esse locutor que vos fala de onde foi extraído o título acima e alguns trechos aqui reproduzidos.

P.S. Ilustrações: Amaro Junior, da Ugagogo Serviços de Informações Digitais, e Felipe Martins.



Criada a nova Comissão Especial da PEC 215/2000. Próximo passo é designar membros e relator

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.02.2015

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Eleito para a presidência da Câmara dos Deputados 24 horas depois de ingressar na bancada ruralista, Eduardo Cunha determinou quinta-feira, dia 26 de fevereiro, a criação de uma nova Comissão Especial para examinar a PEC 215-A/2000. Eleito pelo PMDB fluminense e até então ligado à bancada evangélica, Cunha assinou a 'ficha' da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) num café da manhã no dia 31 de janeiro, anunciando seu "compromisso com as bandeiras da bancada ruralista". Era o que faltava para garantir a eleição, no dia seguinte.

No dia 2 de fevereiro, Luiz Carlos Heinze (PP RS) e mais três deputados ruralistas assinaram requerimento solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição 215A/2000, apresentado formalmente à Presidência no dia seguinte. Desde então, lideranças indígenas e seus aliados estiveram no Congresso, protestando e buscando apoio contra a PEC. Não adiantou muito. Três dias mais tarde, 6 de fevereiro, ela estava oficialmente desarquivada. Agora, estabelecida a criação de nova Comissão no dia 26, os próximos passos serão sua constituição e a designação do Relator, função ocupada no último exercício por Osmar Serraglio (PMDB PR).

Abaixo, os termos do "Ato da Presidência", assinado por Eduardo Cunha dia 25 e formalizado dia 26 de fevereiro:

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000, do Sr. Almir Sá e outros, que "acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal" (inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei), e apensadas.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Mais informações sobre a tramitação da PEC 215, apresentada originalmente por Almir Sá, [AQUI](#).



Indígenas recebem orientação sobre descarte correto de lixo em Roraima

SÍTIO GLOBO.COM, 28.02.2015

*Ação ocorre em 12 comunidade indígenas da capital e no interior do estado.
Mais de 3 mil toneladas de lixo foram recolhidas durante o ano de 2014.*

Doze comunidades indígenas da zona Rural de Boa Vista vão receber orientações sobre o descarte correto do lixo. Durante a ação de servidores da prefeitura, os locais visitados serão limpos e os entulhos serão recolhidos. As regiões da Serra do Truaru, da Moça, Morcego e Baixo São Marcos, no interior do estado, também vão ser contempladas com os serviços de limpeza.

De acordo com o tuxaua da comunidade do Truaru, Manoel de Souza Ângelo, o lixo que antes era incinerado passou a ter o destino ecologicamente correto. "Agora, já temos a garantia de que vamos ter como despejar esses resíduos de outra maneira", disse.

Outra preocupação com o descarte de resíduos sólidos era a queima do lixo, vulnerável a incêndios durante o período de estiagem. "Esse é um cuidado que a gente vem debatendo muito na escola e em reuniões comunitárias, e sempre alertamos os nossos alunos sobre o lixo", declarou o professor Emílio Belarmino.

Segundo o secretário municipal de Gestão Ambiental, Daniel Peixoto, parte do lixo será trazida para Boa Vista e descartada no aterro sanitário. Outra parte será destinada a uma trincheira para decomposição.

Ele informou ainda que durante as visitas haverá uma etapa educativa para conscientizar os povos indígenas. "A parte educacional está sendo feita por meio da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) com o Departamento de Educação Ambiental, dentro de um cronograma elaborado pela Secretaria para dar suporte ao atendimento dessas comunidades", informou.

Em 2014, apenas cinco comunidades indígenas da zona Rural de Boa Vista foram atendidas, o que resultou na retirada de mais de três mil toneladas de lixo. Neste ano, todas as comunidades do município serão visitadas para que o lixo produzido por essas áreas mais distantes tenha um destino certo.



Belo Monte atrasa entrega de energia e pode ter prejuízo milionário

SÍTIO OLHAR DIRETO, 01.03.2015

Maior projeto na área de energia elétrica do país, a usina de Belo Monte, em construção no Pará, está, a partir deste sábado (28), oficialmente atrasada. Nesta data, deveria entrar em operação a primeira turbina da hidrelétrica mas, de acordo o consórcio responsável, a Norte Energia, isso só deve acontecer em novembro de 2015 – ou seja, 9 meses depois do previsto.

Os atrasos atingem o chamado Sítio Pimental, casa de força complementar de Belo Monte, que ao todo terá 6 turbinas com capacidade para gerar 233,1 MW (megawatts), cerca de 3% de toda a eletricidade que será produzida pela hidrelétrica em sua capacidade máxima.

De acordo com a Norte Energia, o Sítio Belo Monte, que responderá por 97% da eletricidade do empreendimento (11 mil MW), não registra atraso e a entrega da energia aos clientes terá início em março de 2016, conforme previsto em contrato.

O contrato de concessão da hidrelétrica prevê que, até novembro, 5 das 6 turbinas de Pimental deveriam entrar em operação, num total, portanto, de 194,25 MW. Como não vai produzir essa energia, a concessionária pode ser obrigada a comprá-la no mercado à vista para entregar aos clientes, o que representaria um prejuízo milionário para seus acionistas.

Pedido de adiamento

Para evitar essa despesa, porém, a Norte Energia apresentou no ano passado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um pedido para adiar o cronograma das obras de Belo Monte.

A empresa alega não ter responsabilidade pelo atraso, que chega a 441 dias, e que, segundo ela, foi provocado por dificuldades em obter licença ambiental, demora na emissão de declarações de utilidade pública de áreas necessárias à implantação do projeto, paralisações dos trabalhos determinadas por decisões judiciais, invasões dos canteiros de obra por ribeirinhos e indígenas da região, além de greve de funcionários.

O pleito ainda está sendo analisado e precisa ser votado pela diretoria da Aneel. Entretanto, o relatório de técnicos da agência que serve de base para a decisão do colegiado, concluído no final de 2014, rejeita todas as alegações da Norte Energia sob a justificativa de que a concessionária, ao assinar o contrato, assumiu todos os riscos de atraso na produção de energia.

Se a posição dos técnicos for mantida pela diretoria da Aneel, a empresa será obrigada a comprar energia no mercado à vista, onde ela é mais cara, para compensar os clientes. Nesse caso, é possível que o consórcio recorra à Justiça para evitar o prejuízo. Mas ao descumprir o contrato, fica sujeito a penalidades que vão de multa até o risco de ter a concessão cassada.

CONT.



Questionada se vai cumprir os contratos e comprar a energia no mercado à vista, a Norte Energia informou, por meio de sua assessoria, que só vai se pronunciar depois da decisão da Aneel sobre seu pedido.

Distribuidoras

Entre os clientes de Belo Monte estão distribuidoras de 17 estados, entre elas a Bandeirante e a Eletropaulo, de São Paulo, a Light, do Rio de Janeiro, e a Cemig, de Minas Gerais. Se a concessionária descumprir os contratos, obrigará essas distribuidoras a comprar energia no mercado à vista. E o prejuízo será repassado aos seus clientes, via conta de luz.

Questionado sobre o atraso em Belo Monte, o Ministério de Minas e Energia informou, em nota, que a empresa está sujeita a penalidades, caso não cumpra os contratos.

“A entrada em operação das unidades geradoras do sítio Pimental segue regras de contrato. Em caso de atraso, cabe à Norte Energia suprir o sistema com energia comprada. Pelo descumprimento de qualquer obrigação contratual, o concessionário estará sujeito à aplicação das penalidades cabíveis”, informou o MME.

Em construção no Pará, Belo Monte tem a conclusão das obras prevista para janeiro de 2019. Com um investimento estimado em R\$ 28,9 bilhões, a usina terá potência de 11.233 MW e deve gerar 4.571 MW médios, instantaneamente.



Entidades criticam marco da biodiversidade

SÍTIO ISA, 01.03.2015

Fonte: CB, Brasil, p. 6

Entidades criticam marco da biodiversidade

Proposta para revisar a lei sobre pesquisa científica e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos gera conflitos entre ambientalistas, índios e farmacêuticas. Texto, aprovado pela Câmara, tramitará em regime de urgência no Senado

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados para regulamentar o acesso a recursos naturais brasileiros tem colocado em polos opostos farmacêuticas, Ambientalistas, comunidades tradicionais e povos indígenas. Para um lado, a proposta facilita a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos e cosméticos. Para o outro, ameaça direitos garantidos internacionalmente, como a Convenção da Biodiversidade. O mercado de fitoterápicos, principal favorecido, movimentou R\$ 964 milhões em 2013. O texto prevê ainda o perdão de multas de atos de biopirataria.

Uma das principais alterações é no acesso para explorar a Biodiversidade. Antes, era preciso submeter uma documentação ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e aguardar a aprovação. Agora, será necessário apenas um cadastro autodeclaratório por parte das empresas e instituições de pesquisa. Em troca, será repassada de 0,1% a 1% da receita líquida anual obtida com o produto criado a partir de patrimônio genético, como um sabonete feito com açaí, por exemplo. O dinheiro será destinado a um fundo nacional gerido pelo Estado. Quando o produto for criado a partir do conhecimento de comunidades tradicionais ou povos indígenas, as negociações serão feitas caso a caso, diretamente entre os envolvidos.

Até 2014, foram emitidas 1.712 autorizações de acesso e 138 instrumentos de repartição de benefícios pelo CGen em percentual dos lucros, valores pré-fixados ou projetos. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a diferença se deve ao fato de a grande maioria dos casos estar "na fase de pesquisa ou de bioprospecção, não havendo ainda a repartição de benefícios, que é exigida quando na comercialização dos produtos resultantes".

Discussão antiga

As novas regras substituem uma medida provisória de 2001, criada após episódios de biopirataria com grande repercussão, como o caso da organização BioAmazônia com a farmacêutica Novartis Pharma AG, da Suíça. Após diversas críticas de Ambientalistas, o negócio não foi fechado. As normas criadas naquele momento foram consideradas excessivamente burocráticas por empresas e pelo próprio Executivo. Desde então, o MMA tem

CONT.



discutido mudanças com o empresariado, representado pelo Grupo FarmaBrasil (GFB) em nome de laboratórios farmacêuticos. Entidades de pesquisa também participaram da elaboração do texto enviado pelo Executivo ao Congresso em junho de 2014, sob regime de urgência.

"O objetivo primário era a mudança da MP em face da burocracia para desenvolvimento da pesquisa", afirma Adriana Diaféria, diretora executiva adjunta do GFB. Ainda não há estimativas do impacto das alterações, mas a perspectiva tanto do setor quanto do governo é de grande potencial de crescimento. Os R\$ 964 milhões movimentados pelos fitoterápicos em 2013 correspondem a menos de 2% dos R\$ 58 bilhões movimentados pela indústria farmacêutica no mesmo ano, o que evidencia o potencial de expansão.

De acordo com Adriana, outro entrave era a quantidade de multas geradas por "divergências de interpretações". Desde 2005, quando entrou em vigor um decreto regulamentando as sanções, foram aplicados 1.299 autos de infrações, no valor total de R\$ 410,38 milhões, contudo apenas pouco mais de 10% das multas foram quitadas. O texto aprovado na Câmara prevê o perdão para infrações cometidas até a mudança das regras. O valor poderá ser reduzido em até 90%. O MMA defende que este é um incentivo para que as entidades se adequem ao sistema. "Nós estamos criando um cenário onde vai interessar às empresas e aos pesquisadores regularizar a situação", afirma Francisco Gaetani, secretário executivo da pasta.

Negociações assimétricas

Comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares reclamam que não participaram da elaboração e da tramitação das novas regras. "Nenhum dos povos indígenas em momento algum foi ouvido", afirma Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Na sexta-feira, 80 entidades entregaram ao MMA um documento com 17 pontos contrários à proposta.

"O resultado desse processo em que imperou o lobby da indústria foi um projeto em que há um evidente desequilíbrio", afirma Mauricio Guetta, do Instituto Socioambiental. Ele alerta ainda para limitações às repartições de benefícios que, na prática, podem tornar os repasses "exceção e não regra". O MMA admite que a participação dessas entidades poderia ter sido mais efetiva e que o regime de urgência limitou os debates. "Isso prejudicou muito a contribuição dos movimentos sociais", reconhece Gaetani.

O texto da Câmara seguiu para o Senado e tramitará em regime de urgência. Na última quarta-feira, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pediu agilidade nas discussões. O senador João Capiberibe (PSB-AP) solicitou que fosse apensado um projeto de lei similar de sua relatoria, considerado mais adequado por Ambientalistas e entidades indígenas. "O que não é possível é aprovar da forma como veio da Câmara, com tantas lacunas", diz Capiberibe.

A Funai recomendou que sejam feitas alterações no texto por considerar que ele ameaça

CONT.



direitos indígenas. Para o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), relator do projeto, é natural que um setor se sinta menos privilegiado. Ele espera que os parlamentares tenham "celeridade para permitir que o marco regulador que vai gerar milhares em renda e em emprego não fique preso a fundamentalismos ideológicos".

Conjunto de polêmicas

Confira os pontos controversos da proposta sobre patrimônio genético

Participação

» As comunidades tradicionais, indígenas e pequenos agricultores tiveram participação quase nula na elaboração e tramitação das novas regras. A Convenção da Biodiversidade e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, das quais o Brasil é signatário, obrigam o país a garantir a participação direta desses grupos.

Elemento principal

» A compensação só será aplicada para produtos em que o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional for considerado o elemento principal de agregação de valor. A definição, considerada subjetiva, ficará a cargo das empresas.

Isenções

» Micro e pequenas empresas ficam fora do sistema de partilha de benefícios gerados por produtos comerciais. Além disso, as compensações só serão pagas no caso de produtos finais. Tais restrições poderão ter impacto significativo nas arrecadações.

Compensações não monetárias

» As repartições podem não ser financeiras, como incentivos a projetos de conservação ambiental. Esse tipo de arrecadação é considerada mais difícil de ser fiscalizada e algumas seriam de interesse exclusivo das empresas, como a transferência de tecnologia.

Lista

» Seis ministérios, entre eles MMA e Mapa, serão responsáveis por elaborar uma lista dos produtos sobre os quais incidirá a repartição de benefícios. A legislação não deixa claro os critérios para produção e atualização da lista. Ambientalistas acreditam que haverá espaço para pressões setoriais visando à isenção de produtos.

Multas

» O projeto de lei prevê a redução em até 90% do valor de multas decorrentes de irregularidades referentes ao patrimônio genético cometidas até a entrada em vigor, mediante um termo de compromisso da entidade. O MMA defende que esse é um incentivo para regularizar diversos casos e evitar a judicialização.

CB, 01/03/2015, Brasil, p. 6



Google Street View da Amazônia disponibiliza imagens de áreas isoladas da floresta SÍTIO ISA, 01.03.2015

Autor: Natalia Lucas

Fonte: O Globo - <http://oglobo.globo.com/>

Áreas isoladas e antes inacessíveis da região Amazônica agora podem ser vistas e 'exploradas' por pessoas de todo o mundo, através do Google Street View Amazônia (originalmente chamado "Amazon Street View"). O trabalho realizado pelo Google em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) mostra, por meio de imagens captadas em 360º, a rotina dos povos que habitam áreas protegidas e preservadas da Floresta Amazônica, além dos tipos de vegetação que formam esse ambiente.

Essa é a segunda fase do projeto Street View Amazônia que teve início em agosto do ano passado. De acordo com o superintendente técnico-científico da fundação, Eduardo Taveira, durante 18 dias, a equipe da FAS, percorreu mais de 500 quilômetros de rios, lagos e córregos passando por 18 comunidades para registrar as imagens. A área escolhida - para essa fase - representa mais de 900 mil hectares de floresta e encontra-se nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma e Madeira, no Amazonas, localizadas a 228 km de Manaus.

As imagens, também, foram captadas em trilhas fechadas passando por mais de 20 km dentro da área de mata. Para aproximar as pessoas da realidade dessas comunidades, as imagens foram captadas em diferentes níveis. Eduardo explica que, diferentemente do Google Street View, em que as pessoas olham as imagens de ruas na perspectiva do chão, de baixo para cima, no Street View Amazônia as imagens foram captadas, também, da copa das árvores - de cima para baixo. No total, foram realizadas duas escaladas, além de uma tirolesa que mostra a floresta de um ângulo, até então, não explorado.

O projeto, além de mostrar para o mundo as belezas naturais e a diversidade da biodiversidade da floresta Amazônica, pretende, principalmente, mudar a visão equivocada que muitas pessoas têm de que na Amazônia só existe floresta.

- As RDSs Madeira e do Juma são regiões extremamente importantes na Amazônia. Nelas realizamos projetos de geração de renda e de educação adaptada à realidade local. Juntas, essas áreas somam quase 900 mil hectares de floresta em pé. Com o Street View Amazônia, o mundo poderá ver essa realidade e saber que pessoas vivem em uma região com tantos desafios e realidades totalmente diferentes. O resto do Brasil e do mundo precisam saber disso e valorizar a floresta e quem vive nela - afirma Virgílio Viana, superintendente geral da FAS.

Para mostrar ao mundo a vivência harmoniosa entre homem e floresta nas RDS, o trabalho

CONT.



incluiu, ainda, o registro fotográfico de ambientes internos, como pousadas, escolas, casas e outros.

Eduardo explica que o passeio virtual leva o internauta a se sentir muito mais próximo dessas comunidades e, por consequência, da floresta. - As imagens foram captadas em diversas situações e pode simular ações de um visitante chegando à comunidade: descer do barco, subir as escadas e ir ao encontro das casas e estruturas que compõe aquele ambiente.

Esse cuidado em captar a dinâmica do ribeirinho com a comunidade e com a floresta faz parte do projeto e foi pensada pelos próprios moradores.

Publicidade

- Essas pessoas querem aparecer como são e não do ponto de vista das pessoas que falam sobre ela. Elas quando assistem ou leem alguma coisa relacionada à Amazônia não se identificam. Por isso eles ajudaram a construir esse trabalho. Ajudaram a mostrar que o respeito não é simplesmente deixar a Amazônia intocada que ela vai simplesmente ficar preservada, mas o respeito ao estilo de vida e ao modo de produção dessas populações que interagem com a floresta tirando seu sustento e ainda conseguem deixá-la de pé. É assim que eles querem ser apresentados.

RETORNO COM O TURISMO

Quando lançada a primeira fase do Street View Amazônia, em 2010, Roberto Mendonça - que já foi madeireiro - não imaginava que sua pousada receberia tantos turistas estrangeiros.

Ele conta que havia abandonado a atividade ilegal de exploração de madeira e passou a investir no turismo sustentável. - Meu trabalho não fazia bem para a floresta e nem para minha comunidade.

Na primeira fase do projeto a pousada de Roberto, na Comunidade Tumbiras localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, em Iranduba, foi inclusa no projeto. As imagens foram para o Street View Amazônia, seu trabalho ganhou visibilidade e trouxe turistas vindos dos Estados Unidos, Coreia e França.

- Eu recebo turistas brasileiros e de outros países aqui na pousada que fazem contato comigo após acessarem as imagens na internet. Foi com essa divulgação que nosso trabalho aqui ganhou força e hoje vivo em harmonia com a floresta.

TECNOLOGIA EMPREGADA

Para realizar esse trabalho a equipe da FAS contou com a tecnologia Street View do Google.

CONT.



Em 2010, na primeira fase do projeto, as imagens foram capturadas com um Trike (triciclo do Street View). O equipamento de captura de imagens era acoplado em um triciclo. Pelo tamanho e por ser guiado o equipamento não chegava à área de florestas mais fechadas, nem no topo das árvores.

Na segunda fase, com uma nova tecnologia, foi possível chegar a lugares menos acessíveis e capturar imagens mais detalhadas e inéditas. O Trekker, equipamento utilizado para captar as imagens, pode ser carregado em uma mochila, fixado por cabos em árvores ou acoplados em embarcações como lanchas ou rabetas.

- O Google Maps completa dez anos em 2015. Neste período tivemos muitos avanços tecnológicos, como o Street View e seus equipamentos. Cada avanço na tecnologia proporciona novas experiências aos usuários da web. Entre elas, a exploração a regiões que, provavelmente, a maioria das pessoas não poderá conhecer pessoalmente. Juntos, Google e FAS proporcionam conhecimento relevante para a conscientização da sociedade sobre a importância da Amazônia - destaca Karin TuxenBettman, gerente do Google Earth Outreach.

Publicidade

Segundo o líder do projeto em campo, Gabriel Ribenboim, o avanço da tecnologia do Google facilitou as inovações da fase no Juma e Madeira. - Com a nova tecnologia, que permite maior mobilidade e autonomia, pudemos entrar mais profundamente em trilhas e igarapés nunca antes mapeados, como a trilha de 11 km em floresta densa que conecta as comunidades do Rio Auruá com as do Rio Mariepaua. Em experiência inédita no mundo, com essa nova tecnologia da Google, conseguimos adaptar o equipamento em uma tirolesa fixada em uma das maiores castanheiras da região com altura entorno de 60 metros, remontando uma descida da copa das árvores até o solo documentando todos os estratos florestais.

O EQUIPAMENTO

O Trekker é um equipamento que reúne um sistema fotográfico de 15 lentes em um conjunto portátil, que pesa 18 kg e mede 120 cm. Ele dispara fotos automaticamente, aproximadamente a cada 2,5 segundos, conforme o operador caminha por trilhas inclusive aquelas mais íngremes ou estreitas.

VEJA FOTOGALERIA COM IMAGENS DO PROJETO:

<http://oglobo.globo.com/sociedade/google-street-view-na-amazonia-15472085>

<http://oglobo.globo.com/sociedade/google-street-view-da-amazonia-disponibiliza-imagens-de-areas-isoladas-da-floresta-15471419>



Barrados na barragem

SÍTIO ISA, 01.03.2015

Nosso desejo de não ficar no escuro não justifica que milhares tenham direitos violados

Flávia Scabin, Thiago Acca - O Estado de S. Paulo

Que ninguém quer ficar sem energia, isso é um fato. Ocorre que a construção de barragens e toda a infraestrutura para geração de energia não se faz sem um alto custo social. Até que ponto esse nosso desejo de não ficar no escuro justifica que milhares de pessoas, vivendo especialmente na Amazônia, tenham seus direitos violados?

Os primeiros impactos negativos da construção das usinas se fazem sentir com a chegada repentina de milhares de trabalhadores para as obras, que sobrecarregam os serviços de saneamento básico, saúde e educação, além de concorrerem para o aumento de violência, acidentes de trânsito e exploração sexual infantil. Para se ter uma ideia, Altamira, que tem aproximadamente 100 mil habitantes, segundo o IBGE, recebeu 25 mil trabalhadores no pico da obra da usina de Belo Monte.

Os impactos são sentidos também para os que estão distantes das obras. As comunidades, cuja produção econômica e sobrevivência dependem da dinâmica dos rios, como os ribeirinhos, são diretamente afetadas, pois geralmente a procriação dos peixes é prejudicada ou a alteração no regime de cheia dos rios dificulta a agricultura.

Alguns terão que deixar suas casas. Em 40 anos, mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas em razão da necessidade de geração de energia, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ao serem retiradas involuntariamente das terras ocupadas, as famílias podem perder completamente seu referencial cultural, de produção econômica e laços comunitários. Além disso, nada garante que a situação daqueles que são deslocados passe a ser melhor. A partir de análise estatística, o relator do Banco Mundial Michael Cernea diagnosticou, em 2004, o empobrecimento das populações deslocadas. Nada indica que a situação hoje seja diferente.

Ante um possível colapso no abastecimento de energia, a única solução parece ser investir na construção de outras usinas do porte da de Belo Monte. Nesse sentido, há quem, inclusive, defenda a necessidade de que medidas sejam tomadas para que as obras das usinas sejam mais céleres. Com isso, a necessidade premente de ampliação na oferta de energia pode levar ao entendimento de que é possível, ou até mesmo inevitável, a flexibilização de direitos dessas comunidades locais. Essa escassez poderia justificar uma momentânea limitação na esfera jurídica de determinados grupos em detrimento do bem-estar coletivo?

CONT.



Na lei não há, em princípio, nenhuma razão que autorize que um grupo, os que não querem o apagão, tenham prevalência sobre aqueles que sofrerão os impactos da construção de mais usinas. Um cálculo de felicidade com viés utilitarista, ou seja, que o resultado final deva ser o bem-estar da maioria, está em desacordo com nosso projeto constitucional. A Constituição tem como um de seus fundamentos a cidadania e como objetivo a construção de uma sociedade justa e solidária. Não há solidariedade quando um grupo está segregado do desenvolvimento.

Da forma como as obras das usinas vem sendo conduzidas, o que se pode notar é um contrassenso entre a lógica dos direitos e aquela da tomada de decisão que impulsiona a construção de barragens. Tudo começa com um leilão, que decidirá entre os que querem construir as barragens aquele capaz de oferecer a menor tarifa. Menor tarifa pode significar cronogramas apertados e pouco tempo para lidar com a expectativa de que as obras trarão o desenvolvimento local.

Antes ou depois do leilão vem o licenciamento ambiental, incapaz de controlar os impactos socioambientais sofridos, seja pela precariedade técnica ou operacional dos órgãos licenciadores ou pela própria lógica do processo, que se baseia na análise dos projetos e não nos efeitos sinérgicos dos projetos para o território. Quando se realizam as audiências públicas, muitas vezes já não há margem para nenhum ajuste no projeto.

Há um conjunto de exemplos que podem ser dados em que direitos foram violados e nem por isso foi possível gerar o benefício que se esperava. Um desses casos é o da Hidrelétrica de Balbina, que afetou sobremaneira a vida de comunidades locais como os indígenas da etnia vaimiri-atroari, foram imensos, porém a quantidade de energia produzida é irrisória. Mesmo Belo Monte corre o risco de estar pronta e a energia não chegar aos destinatários finais porque há um descompasso entre os cronogramas das obras de geração e transmissão. A usina poderá estar pronta, mas não gerará por um tempo benefícios, por falta de transmissão.

Então, fiquemos no escuro? O problema está em não haver instrumentos e políticas de planejamento capazes de funcionar como estratégia de desenvolvimento regional nesses casos, como também não há planejamento acerca das alternativas energéticas disponíveis e os impactos que cada uma pode trazer.

Sem isso, os licenciamentos ficam sobrecarregados e os leilões deixam de garantir a eficiência que poderiam legitimamente conduzir as compras públicas. Foi nesse sentido, inclusive, a conclusão a que chegou recentemente o TCU, após um longo processo de auditoria no Ministério de Minas e Energia (MME), na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e na Eletrobras, ao afirmar que os prejuízos financeiros causados com os atrasos das usinas em construção, estimados em R\$ 8,3 bilhões, deram-se em razão da ausência de estudos que justificassem os prazos estipulados nos atos de outorga para a implantação dos empreendimentos, os quais teriam sido definidos "de acordo com a necessidade de energia indicada pelos agentes".

CONT.



Assim, não podemos inverter as coisas e aceitar que a aceleração de processos, que inevitavelmente acarretarão flexibilização de direitos, seja a solução. Não são os atrasos que geram prejuízos e apagão, mas a falta de planejamento, que subdimensiona a complexidade da instalação desses empreendimentos, gerando atrasos, violação de direitos e apagão.

Não fizemos a lição de casa e não podemos agora, sob o risco de ficarmos no escuro, decidirmos que os direitos de toda essa população que pode ser impactada com a construção apressada de mais usinas hidrelétricas pague por isso.

Flávia Scabin é professora da FGV e pesquisadora do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da FGV Direito SP.

Thiago Acca é mestre e doutor pela USP e Coordenador da Linha de Acesso à Terra do Centro de Pesquisa Jurídica aplicada da FGV Direito SP.

OESP, 01/03/2015, Aliás, p. E9

<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,barrados-na-barragem,1641594>

Oswaldo Sevá, um rio que correu para o infinito
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.03.2015



À meia noite deste sábado perdemos o amigo Oswaldo Sevá, um dos mais ferrenhos defensores dos nossos rios e um dos mais contumazes críticos das usinas que os estão destruindo.

Sevá foi um rio caudaloso que buliu com tudo e todos que estiveram a sua volta. Lutou com ferocidade e ciência contra Belo Monte e seus realizadores, ao mesmo tempo em que foi infinitamente solidário e gentil com a gente que sofre com seus impactos. Foi um grande acadêmico e um ser humano ainda mais grandioso e generoso para com seus amigos. Foi superlativo e intenso em todos os momentos de sua vida.

Com o saudoso Glenn Switkes, que nos deixou em 2009, Sevá produziu Tenotã-Mõ, a mais importante obra sobre Belo Monte. E em 2008 esteve com o amigo e os povos do Xingu no grande encontro que deu origem ao Movimento Xingu Vivo para Sempre em Altamira. Sevá sempre foi essencial.

CONT.

É com grande pesar que sofremos a perda de mais um amigo, mas é com enorme gratidão que lembraremos de sua presença em nossas vidas e de seu trabalho em favor do Xingu e sua gente.

O espírito de Sevá continuará correndo livre nas águas do rio, agora e sempre.

Movimento Xingu Vivo para Sempre.



Fotos: Verena Glass.

Egydio Schwade sobre Relatório da CNV: "Não se deram conta do sofrimento dos indígenas"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.03.2015

Egydio Schwade considera que os índios, quilombolas e agricultores que resistiram aos projetos do regime militar até hoje são 'perseguidos políticos'



Por Ivânia Vieira, em A Crítica

Entregue há pouco mais de dois meses, à presidenta da República, Dilma Rousseff, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) tornou-se questão polêmica, de disputa de poder e termômetro nacional do preconceito, da discriminação e da cultura autoritária vigente no País.

Em meio ao embate, o documento se consagra como um dos mais relevantes já produzidos pela sociedade brasileira desde o ano de 1.500. A afirmação é do teólogo e filósofo Egydio Schwade, coordenador do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas.

Ativista dos direitos indígenas e das populações em vulnerabilidade, fundador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Egydio, 79, considera os índios, os quilombolas e agricultores que resistiram e resistem aos projetos implantados na vigência do regime militar e mantidos

CONT.



até hoje como “perseguidos políticos” e pede vontade política para ouvi-los e desenvolver ações capazes de promover mudanças que cessem os males causados.

Do trabalho realizado pela Comissão Estadual da Verdade nasceram o relatório que integra a versão nacional do documento e o livro “A Ditadura Militar e o Genocídio dos Índios Waimiri-Atroari”, lançado em Manaus, no dia 11 de dezembro do ano passado.

Para Egydio Schwade, a CNV tem um longo caminho a percorrer nessa busca pela verdade, a Justiça e o direito à memória de todas as vítimas do período ditatorial.

“É necessário avançar pelo caminho dos indígenas, dos agricultores e dos quilombolas, é necessário um trabalho multicultural”, defende Egydio nesta entrevista ao A CRÍTICA.

Qual é a sua sensação após o relatório pronto da Comissão Nacional da Verdade ter sido entregue? O que ficou faltando?

Excetuando aquelas graves gafes, aliás grosseiras, vejo o relatório como um dos documentos mais importantes produzidos desde 1.500 pela sociedade brasileira. O capítulo sobre os índios e as recomendações com respeito aos mesmos são importantes e correspondem às nossas expectativas.

Mas com respeito às inaceitáveis afirmações em outros capítulos, evidenciando velhos preconceitos devem ser corrigidos para não denegrir o relatório e comprometê-lo seriamente. De resto necessito ainda ler o relatório mais atentamente para evidenciar eventuais outras falhas ou lacunas.

As inclusões feitas, com nomes e responsabilizações de pessoas são suficientes?

Não são suficientes. É preciso avançar pelo caminho dos indígenas, agricultores e quilombolas mortos. Tendo resistido aos projetos da Ditadura Militar e continuando a resistir contra os projetos desencadeados pela Ditadura militar, eles (indígenas, agricultores e quilombolas) também são perseguidos políticos ou mortos por razões políticas.

Quais são os erros ou falhas da academia e do jornalismo no trato desse tema quando relacionado aos povos indígenas?

Acho que em nível nacional tanto a academia quanto o jornalismo estão hoje muito distantes e até omissos com relação à importante questão indígena. Muito mais distante do que ao tempo da Ditadura Militar. Tanto uma como o outro ainda não se deram conta do real sofrimento porque passaram esses povos e continuam passando e também da importância da luta indígena para um futuro melhor e feliz do nosso Brasil. Não é a luta dos índios, é a nossa luta.

Que passos devem ser dados pela comissão e/ou pelo Governo Brasileiro para avançar, de fato, nessa manifestação da verdade?

CONT.



Antes de mais nada é preciso ter vontade política para ouvir as populações atingidas pelos projetos e ações da Ditadura e em seguida partir para medidas que abram caminho rumo a ações concretas que superem os males causados e continuados da Ditadura Militar.

Como o senhor ver o cabo de guerra em torno da Lei da Anistia? E quanto a posição do STF?

É muito triste constatar a insistência de um grupo importante de militares defendendo a posição mais negra [sic] da história militar sobre os cidadãos de nosso País, quando tem tantos bons exemplos a se inspirar como aqui mesmo, no caso do general Alípio Bandeira, que foi um exemplo de presença junto às populações indígenas mais oprimidas na região.

Em 1926, em seu livro "Jauapery", ele deixou a todos esse recado: "Bem sei que muita gente, entre ela a maioria dos letrados, estranha e condena a História escrita assim com tão grande franqueza. Mas se o que se diz é a verdade, e se a verdade é dita com decência e publicamente, de modo que possam os acusados se defenderem, porque não dizê-la? E porque motivo não se há de dar a esses homens, que tão despejadamente desonram os cargos, o simples castigo de registrar os seus malefícios, já que outros não tem? Se os historiadores escrevessem assim era bem possível que muitos desses crimes fossem evitados por se arrecearem os criminosos da execração pública" [Escreveu o Gal. Alípio Bandeira, em 1926, após peregrinação entre os Waimiri-Atroari e escutar seus relatos sobre outros massacres perpetrados pelas forças públicas a mando de presidentes da Província e governadores do Estado do Amazonas]. (p. 40).

Quanto ao STF já que vive muito alienado e apático referente às questões e sofrimento do povo brasileiro, talvez pelos seus altos salários, deveria, em suas decisões, pelos menos inspirar-se em outros órgãos oficiais mais atuantes nessas causas, como, por exemplo, o MPF.

No caso das torturas e mortes na Amazônia no período do regime militar, qual é o balanço pós-relatório?

Há ainda um longo caminho pela frente, principalmente no que se refere à tortura e às mortes de indígenas e agricultores. Aos indígenas, principalmente pela tortura imposta tanto pelos governos militares quanto pelos que os seguiram com referência à perda e a não definição de seus territórios e pelo não reconhecimento de sua autonomia.

Aos agricultores pela tortura e conflitos iniciados pelos governos militares que incentivaram a grilagem de terras na Amazônia, grilagem que vem sendo reconhecida e continuada pelos governos que se seguiram até os nossos dias, deixando milhares de agricultores sem condições de obterem o título das terras que há anos vem trabalhando.

Destaque: "É necessário um trabalho multicultural", defende Egydio. Foto: Clóvis Miranda.



Candidatos indígenas não chegaram a 1% em 2014, revela TSE

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.03.2015

No Consultor Jurídico

Apenas 81 pessoas que apresentaram candidatura nas eleições do ano passado eram indígenas. Desse total, apenas dois se elegeram. É o que mostra um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral, divulgado pelo presidente da corte, ministro Dias Toffoli, durante o seminário "Diálogos Judiciais no Sistema Interamericano de Garantia dos Direitos Humanos". O evento foi promovido pela universidade espanhola Pompeu Fabra, em Barcelona, entre os dias 25 e 27 de fevereiro.

Segundo o ministro, os índios representaram 0,35% do total de candidatos aos cargos eletivos em 2014. Segundo ele, o TSE tem enfrentado questões ligadas aos requisitos e exigências para o registro eleitoral dos índios. Além disso, afirmou que muitas decisões proferidas pela corte tem assegurado, cada vez mais, o direito da população indígena de exercer sua soberania por meio do voto.

De acordo com Toffoli, para garantir isso, a Justiça Eleitoral busca garantir a participação do eleitor indígena nas eleições ao instalar seções eleitorais nas aldeias. "Isso especialmente na Região Norte do país, onde muitos lugares são de difícil acesso", afirmou.

Dados do Censo Demográfico de 2010 mostra que a população indígena no Brasil chegava, na ocasião, a 817.963 pessoas — ou seja, 0,4% do total de brasileiros.

Seminário

O seminário "Diálogos Judiciais no Sistema Interamericano de Garantia dos Direitos Humanos" foi organizado em conjunto com a Corte Interamericana de Direitos Humanos e pela Suprema Corte de Justiça do México.

Participaram do evento, magistrados da Corte de São José, como o juiz brasileiro Roberto Caldas, e integrantes de cortes supremas de diferentes países da América Latina, assim como acadêmicos de universidades europeias e latino-americanas.

Toffoli falou no painel "Os direitos políticos dos povos indígenas no Brasil". Na ocasião, ele explicou como é o trabalho da Justiça Eleitoral com essas comunidades e as ações desenvolvidas no Brasil para garantir aos índios o pleno exercício dos seus direitos. Com informações da assessoria de imprensa do TSE.



Atletas indígenas de todo o mundo juntam-se no Brasil para campeonato mundial
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.03.2015

Mais de dois mil atletas representantes dos povos indígenas de 30 países juntam-se este ano no Brasil, para a primeira edição dos Jogos Mundiais que representam tribos e nativos locais.

No Observador.pt

A cidade brasileira de Palmas, no Estado do Tocantins (norte do país) será a sede dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, entre os dias 18 e 27 de setembro deste ano.

O evento terá desportos olímpicos, como atletismo e futebol, mas também modalidades tradicionais e nativas, como a corrida de tora, o cabo de força, a canoagem rústica ou as lutas corporais.

O Brasil já realiza jogos nacionais dos Povos Indígenas desde 1996, sob organização do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), mas esta será a primeira vez que o evento terá um alcance internacional.

Marcos Terena, do ITC, afirma que a ideia de organizar os jogos mundiais nasceu após vários encontros com outros povos indígenas.

"Há uma curiosidade dos outros países, uma expectativa em relação aos jogos indígenas, com modalidades tradicionais e ligadas à espiritualidade, que só acontecem no Brasil", afirma à Lusa.

Segundo Marcos Terena, ao entrar em contato com indígenas de outros países, como o Canadá, onde possuem um contato muito grande com a sociedade ocidental, o convite é também uma forma de promover a história e a cultura dos povos ancestrais.

Entre os trinta países que são aguardados para o mundial conta-se a Austrália, Estados Unidos ou México, mas o evento ainda espera várias confirmações.

Só do Brasil devem participar mais de 20 etnias. "Vamos atrás dos melhores flecheiros e remadores, para mostrar a capacidade física do atleta indígena, que não precisa frequentar academias", explica o membro do ITC.

Hector Franco, responsável pela Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas da prefeitura de Palmas, afirmou que o evento será uma "plataforma para realçar a existência das culturas indígenas, mas também incentivar a preservação das culturas ancestrais e do conceito de sustentabilidade".

CONT.



Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas serão mais um evento internacional realizado no Brasil, entre o Mundial2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Ao contrário daqueles eventos, o mundial não decorrerá em grandes cidades ou centros económicos, mas na pequena cidade de Palmas (300 mil habitantes), que fica na região da Amazônia brasileira.

A estrutura para o evento, que está a ser idealizada em Palmas desde agosto do ano passado, inclui uma vila para os jogos, que englobará tanto o desenvolvimento dos desportos como do convívio entre os participantes.

O orçamento previsto é de 70 milhões de reais (22 milhões de euros).

O evento, que tem o apoio do ITC, do governo municipal de Palmas e do Ministério do Desporto brasileiro. Além dos desportos competitivos e demonstrativos, os jogos incluirão atividades culturais, debates das questões indígenas, valorização do artesanato, música, dança e outros rituais.

"Queremos mostrar que a força intertribal contribui para o equilíbrio das etnias e do meio ambiente, e gera diversidade, mas não conflitos", afirma Marcos Terena.

Os jogos, segundo Terena, serão uma mensagem para o desporto ocidental, sobre o respeito que deve existir com a "capacidade física natural do ser humano".

Sesai e lideranças indígenas discutem melhorias para o DSEI Porto Velho
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 02.03.2015



O secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, esteve reunido na tarde da última sexta-feira (27) com 20 lideranças indígenas do estado de Rondônia (RO) e Oeste do Mato Grosso (MT). O objetivo foi discutir melhorias estruturantes para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, hoje responsável pela assistência de quase 10 mil indígenas. O encontro aconteceu na sede do Ministério da Saúde, em Brasília (DF).

Entre os temas discutidos, a construção da nova Casa de Saúde Indígena (Casai) de Guajará-Mirim, bem como o funcionamento das Casais de Ji-Paraná e Porto Velho foram temas tratados como prioritários pelas lideranças. A comitiva também aproveitou a reunião para formalizar o convite para que o secretário Antônio Alves participe da Assembleia Geral do Povo Indígena de Rondônia, que acontece entre os dias sete e dez de abril.

“A gente sabe que todo tipo de problema acaba resultando na saúde. Então, seria muito importante que o secretário pudesse acompanhar as discussões que acontecerão durante a assembleia, ouvisse os nossos caciques sobre os outros temas que também acabam influenciando na saúde”, disse a liderança indígena Antônio Puruborá.

O secretário Antônio Alves agradeceu a visita das lideranças e lembrou que a participação

CONT.



popular, por meio do exercício do Controle Social, é um dos alicerces da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Durante a reunião, Alves fez um breve resgate histórico da saúde indígena no país até a criação da secretaria. Explicou que a missão da Sesai é levar atenção básica até as aldeias e pontuou avanços importantes nesses quatro anos de existência do órgão.

“Sabemos que de 2011 para cá não foi possível resolver todos os problemas, até porque eram muitos, mas estamos trabalhando incansavelmente para que os resultados comecem a aparecer. Nesses quatro anos, conseguimos ampliar consideravelmente o nosso orçamento e, como consequência disso, aumentamos o número de equipes de saúde, investimos para reestruturar os transportes, contratar horas-voo, recuperar nossos postos de saúde e nossas Casais”, pontuou Antônio Alves.

INSI

Os indígenas também tiveram a oportunidade de conhecer melhor a proposta do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). Durante a reunião, o secretário Antônio Alves explicou o que é o Instituto, porque a proposta foi criada e de que forma seu funcionamento vai possibilitar à saúde indígena vencer obstáculos administrativos, a exemplo da fixação de profissionais em área e a realização de licitações em cidades de pequenos porte, afastadas dos grandes centros urbanos.

Participaram também da reunião o diretor de Gestão da Sesai, Rafael Bonassa; o diretor de Edificações e Saneamento, Flávio Norberto; a coordenadora de Articulação Interfederativa, Miriam Vieira; e a assessora para o Controle Social, Bianca Moura.

Por Felipe Nabuco.

Foto: Luís Oliveira/Sesai-MS.



Boletim de Notícias - Edição nº 37/2015

Brasília, 02 de março de 2015.

Logomarca dos Jogos Mundiais Indígenas é apresentada

SÍTIO PORTAL EBC, 02.03.2015

A logomarca com a identidade visual da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, em Palmas, de 15 a 27 de setembro, foi apresentada na manhã desta sexta-feira (27.2), aos representantes das embaixadas de 18 países que já confirmaram presença nos jogos. A marca, em forma de um arco com três anéis, traz as cores verde representando o fortalecimento das matas, rios e nascentes; vermelho, o sangue; e marrom, a terra. Todos os anéis recebem grafismos da cultura do povo maia.



No encontro, representantes do Ministério do Esporte e do Comitê Intertribal (ITC) junto às embaixadas discutiram questões referentes à organização dos jogos. As ações que irão nortear o mundial, bem como a confirmação de 22 países e o interesse da participação de outros, como Rússia e Mongólia, também fizeram parte da reunião.

CONT.



A diretora de projetos intersetoriais da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), Andrea Ewerton, ressaltou que “a realização dos Jogos Mundiais Indígenas em nosso país é um momento marcante para a história do Brasil, um momento que deixa em evidência a nossa identidade. Os Jogos de importância humanista têm a mesma relevância dos Jogos Olímpicos”, afirmou.

Segundo Hector Valente Franco, secretário municipal extraordinário dos Jogos Mundiais, a cidade de Palmas está totalmente envolvida com o evento. “Principalmente por concentrar grande população de índios, ou seja, dez etnias, sendo seis delas já confirmadas nos jogos. Estamos nos preparando para receber as 23 etnias brasileiras, e também as delegações dos 22 países. Tudo está sendo feito para que todos sejam acolhidos da melhor forma possível”, concluiu.

As ações dos Jogos Mundiais Indígenas continuam a pleno vapor. No dia 23 de março, Marcos Terena estará presente no Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, quando fará o convite ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, para participar dos Jogos. Em abril, será realizado em Brasília o Congresso Técnico para os Jogos Mundiais Indígenas, quando serão acertados com as lideranças indígenas dos países participantes todos os detalhes. Após o congresso, os órgãos envolvidos farão o lançamento da 1ª edição dos Jogos Mundiais Indígenas, na capital federal.



Após indicação de Aguilera salas de aula são construídas na aldeia

SÍTIO AGORA MS, 02.03.2015

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) tem reivindicado junto ao poder público local, uma estrutura física escolar adequada nas aldeias indígenas de Dourados, com objetivo de criar espaço ideal e necessário para desenvolver as atividades escolares. "A escola é, de fato, a segunda casa para os alunos, é um lugar onde se passa grande parte do dia", justifica ele.

É constante a busca por melhorias do ambiente escolar, da reserva indígena. Na escola Municipal Agostinho, na aldeia Bororó, estão sendo construídas duas salas de aula, as quais atenderão aproximadamente 100 alunos das séries iniciais e finais.

Para a diretora Romilda Jerônimo, a construção dessas salas de aula não poderia ter chegado a melhor momento, pelo fato de que muitos alunos ficaram fora das salas de aula no ano passado.

"As salas para este ano chegaram a boa hora, porque, no ano passado, mais de 100 alunos ficaram sem estudar por falta de espaço. A construção dessas salas trouxe melhoria, mas também não totalmente a solução, porque a cada ano que passa aumenta mais o número de pais procurando a escola para matricular seus filhos", diz a diretora.

A construção das salas é resultado de várias indicações que o vereador Aguilera de Souza vem fazendo em prol da comunidade no plenário da Câmara Municipal de Dourados. "São várias as indicações e requerimentos que tenho feito ao prefeito, às secretarias, aos deputados estaduais e federais, com o intuito de que o poder público olhe com mais atenção para a nossa comunidade indígena. Felizmente, aos poucos estamos sendo atendidos", explica o vereador. (Assessoria Parlamentar)



União é condenada a agilizar reforma da Casa de Saúde do Indígena

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 02.03.2015

No prazo máximo de 90 dias, a União deverá alugar um imóvel para funcionamento provisório da Casa de Saúde do Indígena (Casai) de Guajará-Mirim (RO) e também deverá, em 30 dias, apresentar cronograma da reforma da atual unidade de Saúde. A decisão da Justiça Federal atendeu ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) feito em ação civil pública.

Segundo o procurador da República Daniel Dalberto, a saúde indígena em Guajará-Mirim é muito deficiente e tem gerado revolta entre os indígenas. Embora desde 2010 existam recursos para a reforma da Casai, a unidade de saúde permanece em estado extremamente precário. A situação crítica gerou protestos de indígenas no mês passado, quando lideranças foram às ruas para pedir melhorias para a saúde indígena.

Em 2013, a Justiça Federal fez uma audiência para tratar do assunto e determinou a reforma da Casai. Na época, o MPF reafirmou que para se fazer a reforma na atual Casai seria necessário alugar um outro imóvel para não interromper os serviços de Saúde. À Justiça, o DSEI informou que foi feita uma pesquisa de preço, mas não havia imóvel disponível em Guajará-Mirim.

Na decisão expedida nesta semana, a Justiça Federal expõe que o DSEI não foi claro quanto ao que fará para resolver o problema que já dura muitos anos e por isto determinou que seja alugado um imóvel no prazo de 90 dias, apresente-se um novo cronograma da reforma e ampliação da Casai no prazo de 30 dias e informe-se quais e quantos medicamentos foram enviados para o atendimento indígena em Guajará-Mirim.

Fonte: MPF/RO.



SEPPIR firma parceria para levar energia elétrica ao território kalunga

SÍTIO SEPPIR, 02.03.2015

Maior comunidade quilombola do país, o território foi reconhecido como Sítio Histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga, uma parte essencial do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. A parceria é com o Ministério de Minas e Energia e com a Companhia Energética de Goiás

Maior quilombo do Brasil, o território Kalunga receberá infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica. Localizada no norte goiano, a área abrange os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. A iniciativa é resultado de parceria firmada no último dia 29 de dezembro, entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério de Minas e Energia (MME) e Companhia Energética de Goiás (CELG).

Para o gerente de projetos da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Ronaldo Oliveira, "o atendimento desta demanda de eletrificação representa um grande avanço para a realização de política pública através do Programa Brasil Quilombola (PBQ), fruto de uma reivindicação histórica dessas comunidades e efeito de uma sólida parceria entre SEPPIR e MME". Segundo o gestor, o início das obras está previsto para o primeiro semestre deste ano.

Reconhecido como sítio histórico que abriga o patrimônio cultural kalunga, o território é parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Além das riquezas culturais, a área ocupada de 272 mil hectares possui cachoeiras e nascentes, englobando a maior área de Cerrado preservado do mundo.

Programa Brasil Quilombola

As parcerias entre SEPPIR e MME são desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), que reúne um conjunto de ações governamentais para garantir o acesso dessa população às políticas e aos serviços públicos.

Lançado em março de 2004, o PBQ tem o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações a partir dos eixos "Acesso à Terra"; "Infraestrutura e Qualidade de Vida"; "Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local"; e "Direitos e Cidadania".

Coordenação de Comunicação da SEPPIR.



Na contramão dos direitos indígenas, Cunha recria Comissão Especial da PEC 215
SÍTIO CIMI, 02.03.2015

Fonte da notícia: Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação – Cimi

Na quarta-feira (25), mesmo dia em que lideranças indígenas e deputados da Frente Ambientalista discutiam estratégias contra a retomada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recriou a Comissão Especial de análise da proposta, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa de demarcar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas.

Agora, os partidos precisam indicar seus representantes para compor a comissão, que será composta de 26 membros titulares, respectivos suplentes e mais o Relator - função ocupada no último exercício por Osmar Serraglio (PMDB PR), que deve elaborar parecer sobre a Proposta, a ser apreciado pelo Plenário da Câmara.

Com o Congresso Nacional dominado pela bancada ruralista, o novo relatório não deve divergir do apresentado ano passado por Serraglio, que propunha ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas, inviabilizava novas demarcações e legalizava a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas demarcadas.

Graças à constante mobilização indígena junto ao Congresso, o parecer não foi votado em 2014 e a PEC acabou arquivada. No entanto, Eduardo Cunha - eleito para a presidência da Câmara 24 horas depois de ingressar na bancada ruralista, não demorou a fazer jus ao "compromisso com as bandeiras da bancada ruralista" e autorizou, logo na primeira semana de atividades do Congresso, o desarquivamento da PEC, instituindo a Comissão Especial 20 dias depois.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) alertou sobre as negociações em torno de algumas candidaturas à Presidência da Câmara, que acabaram elegendo Cunha. "Converter direitos constitucionais, historicamente conquistados pelo povo brasileiro, em objeto de barganha política é inadmissível por afrontar o Estado Democrático de Direito, rebaixando a relevante função de representação parlamentar e beneficiando interesses particulares em detrimento de direitos de grupos vulneráveis e do interesse público, com graves impactos a toda a sociedade brasileira".



Disciplinas de saberes tradicionais são incluídas em ofertas regulares de formação livre

SÍTIO CEDEFES, 02.03.2015

Disciplinas de saberes tradicionais são incluídas em ofertas regulares de formação livre; adesão deverá ser formalizada nesta quinta e sexta

A UFMG incluiu três matérias nas ofertas regulares com o objetivo de oferecer formação equilibrada entre saberes modernos e tradicionais. As disciplinas Artes e ofícios dos saberes tradicionais: curas e cuidados; Línguas e narrativas: Ingira de Ingoma – africanias e Cosmociências: cinema e pensamento maxacali serão oferecidas todos os semestres a fim de potencializar a capacidade de criação e a inventividade cultural dos alunos.

"Uma importante inovação nessas disciplinas é que elas serão ministradas por mestres das respectivas comunidades tradicionais, acompanhados por professores parceiros, docentes da UFMG", explica o pró-reitor de Graduação, Ricardo Takahashi. "Assim será possível experimentar o princípio de que os saberes tradicionais devem chegar à universidade pelas mãos dos seus mestres e mestras, que são equivalentes, em seus domínios próprios, aos nossos doutores", complementa.

Abertas a alunos de todos os cursos de graduação, as disciplinas de saberes tradicionais serão oferecidas na modalidade Formação Livre, por meio do Sistema Acadêmico da Graduação (Siga), na terceira fase da matrícula, nos dias 26 e 27 de fevereiro. O resultado será divulgado no sábado, 28.

A partir do segundo semestre deste ano, elas integrarão nova modalidade de percurso curricular, a formação transversal – "minicurrículos" – em diferentes áreas do conhecimento, que pode ser cursada por qualquer aluno de graduação.

Além dos Saberes Tradicionais, outros conteúdos transversais estão sendo preparados. A partir do momento em que estiverem disponíveis, cada colegiado poderá escolher os percursos que considerar adequados para integralizar os créditos referentes à formação complementar prevista no currículo.

Fonte: UFMG.



Justiça Federal de Santarém determinou que a identidade dos povos Borari e Arapium não existe

SÍTIO CEDEFES, 02.03.2015

Justiça Federal de Santarém determinou que a identidade dos povos Borari e Arapium não existe. Para o MPF/PA sentença viola a Constituição e a Convenção 169 da OIT

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) apresentou apelação cível contra decisão da Justiça Federal de Santarém que determinou que as etnias indígenas Borari e Arapium são inexistentes. A decisão, do juiz federal Airton Aguiar Portela, assinada em dezembro de 2014, negou o direito de autorreconhecimento dos povos indígenas, decretando que ambos, há anos em conflito com madeireiros e com as terras já delimitadas pela Fundação Nacional do Índio, são formados por "falsos índios", ribeirinhos que teriam deixado de ser índios.

Para o MPF/PA, ao negar o autorreconhecimento e o trabalho técnico dos antropólogos que delimitaram a Terra Indígena Maró, a sentença "incide na mesma prática que tenciona historiar, qual seja, o etnocídio de povos indígenas". A prática "invisibiliza etnias indígenas existentes e os insere na massa da sociedade envolvente homogênea, tal como fizeram os colonizadores", diz o recurso.

A sentença foi publicada algumas semanas depois de uma operação de fiscalização realizada pelo MPF/PA, Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que embargou todas as permissões para exploração madeireira que incidiam sobre a terra indígena. Na decisão, o juiz Airton Portela juntou duas ações judiciais – uma do MPF/PA, que pedia a urgência na demarcação da terra Maró, e outra de associações de trabalhadores rurais que temiam perder suas terras com a demarcação. O processo das associações, no entanto, deveria ter sido extinto, uma vez que, na publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Maró, ficou claro que as terras onde moram essas comunidades ficaram fora da demarcação.

As próprias associações, com a publicação, pediram a desistência da ação, mas o juiz ignorou o pedido e determinou o seguimento do processo. O MPF/PA informa, no recurso apresentado semana passada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que o mesmo advogado que assina o processo das associações é advogado de diversos madeireiros que tiveram licenças embargadas na terra indígena. E, durante os trabalhos de delimitação, a equipe da Funai foi ameaçada de morte por madeireiros na região.

Um relatório técnico de vistoria feito pelo Ibama também comprova a presença e o interesse dos madeireiros na terra indígena, oferecendo máquinas e combustível para lideranças comunitárias em troca de apoio no processo contra os indígenas. "Há, ainda, uma tática que nos parece clara, por parte dos empresários, de desqualificação das lideranças que se opõem aos interesses dos mesmos, cuja face mais visível é a das lideranças dos auto-declarados

CONT.



povos indígenas. Essa tática inclui matérias, aparentemente pagas, na imprensa, onde essas lideranças são chamados de 'falsos índios', em discurso que é disseminado na região, e que começa a ser assumido pelas lideranças comunitárias favoráveis aos recém-chegados, além de contaminar de maneira sub-reptícia, o discurso daqueles que deveriam tratar a questão com o máximo de distanciamento possível", diz o relatório juntado pelo MPF/PA.

O procurador Camões Boaventura, responsável pelo caso, chama atenção ainda para as impropriedades científicas cometidas na sentença. Ao discorrer sobre identidade, tradicionalidade e outras questões típicas da ciência antropológica, o juiz cita, fora de contexto, antropólogos brasileiros de renome internacional, como Eduardo Viveiros de Castro. Na verdade, a citação utilizada pelo juiz foi retirada de reportagem da revista Veja, já denunciada pelo próprio antropólogo e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) como fraudulenta.

A pedido do MPF/PA, Eduardo Viveiros de Castro emitiu parecer sobre a sentença em que refuta as considerações antropológicas do juiz e repudia o uso distorcido de seu pensamento. A antropóloga Jane Beltrão também emitiu parecer contra a sentença, assim como Raphael Frederico Acioli, analista do MPF/PA. Além disso, o professor Gilberto Lopes Rodrigues, da Universidade Federal do Oeste do Pará, ofereceu nota técnica para embasar o recurso judicial.

Para o MPF/PA, a sentença contribui para o esbulho de que os povos indígenas são vítimas há séculos, copiando métodos muito conhecidos desde o período colonial, de retirada de direitos e negação de identidades culturais indígenas. "É nesse contexto que os povos Borari e Arapium, muito embora estejam habitando a área da TI Maró há séculos, somente buscaram empunhar a bandeira de suas identidades indígenas. Assim, neste momento, não houve conversão de ribeirinhos em indígenas, como quer fazer crer o juiz prolator da sentença. O que houve, repita-se, foi um legítimo processo de reavivamento de uma identidade coletiva específica, sempre existente, mas que dormitava face os constantes processos de opressão e sonegação de direitos", diz o recurso do MPF/PA.

O MPF/PA pede que, ao reconhecer o recurso, o tribunal determine a suspensão das permissões e proíba a circulação de madeireiros na área indígena, assim como o prosseguimento da demarcação. A apelação deverá ser julgada no TRF1, em Brasília.

Processos nº 2010.3902.000249-0 / 2091-80.2010.4.01.3902

Fonte: Ministério Público Federal no Pará.

BA – Cine Kurumin: 12 a 21 de março, na Aldeia Kiriri
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.03.2015



O Cine Kurumin é uma janela para o cinema realizado pelos povos indígenas no Brasil com exibição dos filmes a céu aberto nas aldeias. Na sua quarta edição, a mostra, que já passou pelas aldeias Tupinambá, Tumbalalá e Pataxó, chega à aldeia Kiriri de Mirandela com uma programação de filmes das etnias Maxacali, Fulni-ô, Xacriabá, Kuikuro, Xavante, Guarani, Ikpeng, Ashaninka e Tupinambá.

Serão exibidos, também, filmes da "Coleção Cineastas Indígenas para Jovens e Crianças", do Vídeo Nas Aldeias e haverá uma mostra especial de animações com temática indígena, a "Mostra Minha Aldeia Animada" com exibição de curtas de animação.

Cine [Kurumin](#) – Aldeia [Kiriri](#)
12 a 21 de março de 2015

Apoio: Secretaria de Cultura da Bahia.

Dilma esquece que é água e sangue que correm nas hidrelétricas da Amazônia, por Leonardo Sakamoto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.03.2015

Leonardo Sakamoto

Seria melhor Dilma ter usado sua página no Facebook para discutir se o famigerado vestido é branco e dourado ou azul e preto (é azul e preto, aliás) do que ter postado a seguinte abobrinha:

"A tarifa de energia decorre das chuvas. Quando aumenta a chuva, diminui a tarifa de energia porque usamos mais a energia hidrelétrica. Quando diminui a chuva, diminui a energia hidrelétrica e aí a gente tem de contratar energia térmica. E térmica é mais cara, porque você paga aquilo que produz a térmica. Você paga o gás, você paga o carvão. E quando é água que você está usando para produzir a energia, você não paga a água. Ela é gratuita."

Gratuita uma pinoia! E o impacto ambiental, social e trabalhista das obras de grandes hidrelétricas na Amazônia, levadas a cabo pelo seu governo? E as comunidades indígenas e ribeirinhas que são impactadas ou deslocadas? E o trabalho escravo nos canteiros de obras de hidrelétricas? E o tráfico de pessoas para exploração sexual a fim de servir esses canteiros? E a criação de novos vetores de desmatamento, o que acentua as mudanças climáticas e a ocupação desordenada do solo? E os assassinatos de posseiros e sindicalistas em conflitos rurais gerados por essa ocupação maluca? Tudo isso não entra na conta?



Se o impacto na população do entorno não vale de nada, então por que não construímos uma usina nuclear onde é hoje o estádio do São Paulo Futebol Clube? (sou palmeirense, acho o estado do Corinthians legal e tenho apreço pelo Juventus e pela Lusa)

CONT.



Ao fazer esse tipo de comentário, deixando passar essa avaliação, Dilma reforça sua visão de mundo de um nacional-desenvolvimentismo tacanha e hardcore.

Até porque é sabido que ela defende com unhas e dentes um modelo de desenvolvimento que se assemelha, e muito, àquele que foi levado à cabo durante a ditadura contra a qual ela lutou e que a insistentemente torturou.

Esse comentário pode ser útil para reconquistar parte do eleitor da “nova classe média” (a.k.a. classe baixa com poder de consumo) que tem a (justa) preocupação de saber se vai haver energia para os eletrodomésticos que acaba de adquirir. Lembrando que o acesso à cidadania no Brasil não se dá através da garantia de serviços básicos, mas sim do consumo.

Pergunto-me se, neste momento em que Dilma está lutando para se manter e precisa mais do que nunca do trabalho da base de seu partido (o pessoal que faz corpo a corpo junto à massa, ao contrário dos emissários com nojo de gente que ocupam parte dos gabinetes em Brasília), esse tipo de declaração realmente ajuda.

Pelo contrário, o que se vê nas redes sociais é que ela consegue deixar mais envergonhada ainda aquele grupo de pessoas ligados a movimentos sociais e que tinham fé de que, apoiando a sua eleição, haveria a possibilidade de um governo mais à esquerda.

Talvez porque acredite piamente nessa “gratuidade” é que o governo federal está passando por cima do povo Munduruku para implantar as usinas hidrelétricas no rio Tapajós (a próxima bomba-relógio de cimento e cal).

A verdade é que a política de construção de hidrelétricas no Brasil é estruturada na base do medo. Não se investe o que se deveria na troca por geradores mais potentes e na extensão de linhas de transmissão para diminuir as perdas e interligar o sistema. Investe-se pouco em energias alternativas. Ignora-se em qualquer planejamento que a mudança climática afetou de forma definitiva nosso regime hídrico e, portanto, nossa capacidade de geração. E, quando a bomba estoura sob risco de apagão ou no aumento do custo da megawatt-hora, impõem-se uma chantagem barata:

“Olha, vocês têm que escolher: ou sacrificamos algumas comunidades e ecossistemas ou não vai ter energia para vocês verem Big Brother na TV.”

Para defender esse ponto de vista, o governo tergiversa. Em 2011, fui convidado a integrar, no papel de relator, uma comissão especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que verificou as violações aos direitos humanos no Pará. Visitamos a região de Belo Monte, ouvimos as populações impactadas pelo projeto.

Entre as recomendações do relatório que apresentei no ano seguinte, estavam ouvir as comunidades, cumprir as condicionantes ambientais e indígenas, apurar denúncias de intimidação, invasão de propriedades e indução de assinaturas de contratos. Infelizmente, o relatório não levou a nenhuma mudança concreta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 37/2015

Brasília, 02 de março de 2015.

Pelo contrário, até trabalho escravo de adolescente em prostíbulo que atendia os empregados de Belo Monte (impacto que é previsto em qualquer obra desse tipo) ocorreu.

Ou seja, criança explorada sexualmente é parte da “gratuidade” da água que gira a turbina.

Foto: Cerca de 200 indígenas do rio Xingu, Tapajós e Teles Pires afetados pela construção de usinas hidrelétricas ocuparam o maior canteiro de obras de Belo Monte – Ruy Sposati / Agência Raízes.